



BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A.

Demonstrações Financeiras Consolidadas



BNP PARIBAS | O banco para um mundo em mudança

Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS,
Referentes aos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de
2014 e 2013 e Relatório dos Auditores Independentes



ÍNDICE

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	3
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO	
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013	4
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO	
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013	5
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE	
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013	6
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013	7
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO FLUXO DE CAIXA	
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013	8
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS	
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013	9



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

Banco BNP Paribas Brasil S.A. e empresas controladas

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Banco BNP Paribas Brasil S.A. e suas controladas (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis consolidadas

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco BNP Paribas Brasil S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2014, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB”.

São Paulo, 31 de março de 2015

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2

**BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO**
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013*(Em milhares de Reais)*

ATIVO	Nota	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.122.841	3.098.498
Ativos financeiros designados ao valor justo através do resultado	6	6.793.782	3.546.182
Derivativos	7	1.319.809	767.842
Ativos financeiros disponíveis para venda	9	1.064.432	1.100.343
Operações de crédito a instituições financeiras	10	3.470.701	3.714.666
Operações de crédito a clientes	11	2.960.645	1.876.688
Imposto de renda e contribuição social - Diferidos	12	248.953	190.635
Ativos imobilizados	13	16.687	14.578
Ativos intangíveis	14	2.072	1.627
Outros ativos financeiros	15	308.919	72.139
Outros ativos	16	341.531	297.044
TOTAL DO ATIVO		<u>21.650.372</u>	<u>14.680.242</u>
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivos financeiros designados ao valor justo através do resultado	6	5.595.274	1.563.028
Derivativos	7	2.258.319	932.383
Depósitos de instituições financeiras	18	562.551	159.036
Depósitos de clientes	19	5.046.938	6.629.333
Obrigações fiscais			
Imposto de renda e contribuição social - Correntes	12	72.309	38.446
Imposto de renda e contribuição social - Diferidas	12	25.841	37.736
Títulos de dívida emitidos	20	2.876.802	1.114.912
Obrigações por empréstimos e repasses	21	2.915.017	2.039.946
Provisões	22	393.715	343.049
Dividendos		5.964	54.413
Outros passivos	23	229.104	218.880
TOTAL DO PASSIVO		<u>19.981.834</u>	<u>13.131.162</u>
Capital Social		717.261	716.736
Reserva de lucros		948.866	825.324
Outros resultados abrangentes acumulados		(4.128)	(476)
Total do patrimônio líquido dos Acionistas Controladores	24	<u>1.661.999</u>	<u>1.541.584</u>
Participações de Acionistas não Controladores		6.539	7.496
Total do patrimônio líquido		<u>1.668.538</u>	<u>1.549.080</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>21.650.372</u>	<u>14.680.242</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO**
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013*(Em milhares de Reais)*

	Nota	2014	2013
Receitas de juros e similares	25	1.287.549	993.607
Despesas de juros e similares	25	(882.367)	(623.404)
Receitas de serviços e comissões	26	220.860	208.345
Despesas de serviços e comissões	26	(35.744)	(6.691)
Resultado de instrumentos financeiros mantidos para negociação e designados ao valor justo através do resultado	27	108.932	125.208
Resultado de variação cambial		(76.621)	(20.952)
Resultado de ativos financeiros disponíveis para venda	28	(1.531)	11.826
Outras receitas operacionais	29	24.526	17.053
Receita líquida/margem operacional		645.604	704.992
Despesas de pessoal	30	(246.613)	(220.855)
Depreciação e amortização	31, 13 e 14	(5.796)	(5.866)
Outras despesas operacionais	32	(188.996)	(205.913)
Resultado de equivalência patrimonial		24	-
Lucro líquido antes de imposto de renda e contribuição social		204.223	272.358
Imposto de renda e contribuição social correntes	33	(124.296)	(97.467)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	33	67.778	36.504
Lucro líquido		147.705	211.395
Atribuível :			
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores		145.067	207.787
Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores		2.638	3.608
Lucro líquido por ação Básico (em reais R\$)			
Ações ordinárias		869,55	1.245,50

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE**
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013*(Em milhares de Reais)*

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro líquido	147.705	211.395
"Hedge" de fluxo de caixa:	(1.272)	17.189
Variação de valor justo	(2.120)	28.648
Efeito fiscal	848	(11.459)
Ativos financeiros disponíveis para venda:	(2.367)	(12.951)
Variação de valor justo	(5.730)	(7.986)
(Ganhos)/Perdas transferidos ao resultado por alienação	1.776	(13.593)
Efeito fiscal	1.587	8.628
Outros resultados abrangentes do ano	(3.639)	4.238
Total do resultado abrangente	<u>144.066</u>	<u>215.633</u>
Resultado abrangente atribuível aos acionistas controladores	147.511	212.025
Resultado abrangente atribuível aos acionistas não controladores	2.638	3.608

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de lucros	Outros resultados abrangentes		Lucros acumulados	Total patrimônio líquido - acionistas controladores	Total patrimônio líquido - não controladores	Total patrimônio líquido
			Disponíveis para venda	“Hedge” de fluxo de caixa				
Saldos em 01 de janeiro de 2013	644.355	639.182	9.561	(14.283)	96.355	1.375.170	8.113	1.383.283
Total do resultado abrangente								
Lucro do exercício	-	-	-	-	207.787	207.787	3.608	211.395
Outros resultados abrangentes	-	-	(12.943)	17.189	-	4.246	(8)	4.238
Destinações:								
Reserva legal	-	9.388	-	-	(9.388)	-	-	-
Aumento de capital - Lucros acumulados ⁽¹⁾	54.000	-	-	-	(54.000)	-	-	-
Aumento de capital - Incorporação reversa	18.381	-	-	-	-	18.381	-	18.381
Reserva estatutária	-	60.331	-	-	(60.331)	-	-	-
Transações com acionistas								
Dividendos e juros sobre capital próprio (R\$0,38 por Ações) ⁽²⁾	-	-	-	-	(64.000)	(64.000)	(4.217)	(68.217)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	716.736	708.901	(3.382)	2.906	116.423	1.541.584	7.496	1.549.080
Total do resultado abrangente								
Lucro do exercício	-	-	-	-	145.067	145.067	2.638	147.705
Outros resultados abrangentes	-	-	(2.380)	(1.272)	-	(3.652)	13	(3.639)
Destinações:								
Reserva legal	-	3.756	-	-	(3.756)	-	-	-
Aumento de capital - Lucros acumulados ⁽¹⁾	525	(525)	-	-	-	-	-	-
Transações com acionistas								
Dividendos e Juros sobre capital próprio (R\$0,12 por Ações) ⁽²⁾	-	-	-	-	(21.000)	(21.000)	(3.608)	(24.608)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	717.261	712.132	(5.762)	1.634	236.734	1.661.999	6.539	1.668.538

(1) Maiores informações consultar Nota 24.c)

(2) Maiores informações consultar Nota 24.b)



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO FLUXO DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado		316.091	369.197
Lucro líquido antes dos impostos		204.223	272.358
Depreciações e amortizações	31	5.796	5.866
Atualização monetária de outros ativos		(23.663)	(15.913)
Ajuste ao valor de mercado – Ativos/Passivos financeiros designados ao valor justo através do resultado		71.826	74.125
Ajuste ao valor de mercado – Derivativos designados ao valor justo através do resultado		12.642	(24.280)
Provisão de participações nos lucros		63.889	57.822
Provisões para ações judiciais		29.009	18.049
Receitas de prestações de serviços não recebidas		(47.631)	(18.830)
Variação de Ativos e Passivos		1.201.362	(1.918.515)
(Aumento) em Ativos financeiros designados ao valor justo		(3.260.194)	(550.694)
(Aumento) Redução em Ativos derivativos	7	(319.027)	(446.835)
Redução em Operações de crédito a instituições financeiras	10	231.919	408.165
(Aumento) em Operações de crédito a clientes	11	(1.083.957)	(285.956)
(Aumento) Redução em Outros ativos	15 e 16	(209.973)	34.316
Aumento (Redução) em Passivos financeiros designados ao valor justo através do resultado	6	3.484.149	(224.765)
Aumento em Passivos derivativos	7	1.080.354	228.468
(Redução) em Depósitos de instituições financeiras e depósitos de clientes	18 e 19	(1.178.880)	(436.773)
Aumento em Títulos de dívida emitidos	20	1.761.890	714.232
Aumento (Redução) em Obrigações por empréstimos e repasses	21	875.071	(1.211.170)
Aumento em Provisões para ações judiciais	22	21.657	31.786
(Redução) em Outros passivos	23	(111.214)	(80.111)
Imposto de renda e contribuição pago		(90.433)	(99.178)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		1.517.453	(1.549.318)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativos imobilizados	13	(7.217)	(2.258)
Recursos da venda de ativos imobilizados	13	48	125
Aquisição de ativos intangíveis	14	(1.181)	(300)
Recursos da venda de ativos intangíveis	14	-	56
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(8.350)	(2.377)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento			
Aumento em dívidas subordinadas	6	530.748	43.289
Recursos de aumento de capital	24	-	18.381
Dividendos pagos		(15.508)	(68.217)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		515.240	(6.547)
Aumento/(diminuição) líquido em caixa e equivalentes de caixa		2.024.343	(1.558.242)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5	3.098.498	4.656.740
Variação de capital sobre valores mantidos em caixas		2.020.674	(1.559.823)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		3.669	1.581
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	5	5.122.841	3.098.498
Informações complementares à demonstração consolidada do fluxo de caixa			
Juros recebidos: R\$ 2.590.751 em 2014 e R\$ 1.495.079 em 2013			
Juros pagos: R\$ 2.354.996 em 2014 e R\$ 1.559.394 em 2013			

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

O Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco"), controlado diretamente pelo BNP Paribas S.A., com sede na França, é a instituição líder das companhias brasileiras do Grupo BNP Paribas, financeiras e não financeiras perante o Banco Central do Brasil, constituído na forma de sociedade anônima, domiciliado na Av. Juscelino Kubitschek, 510, 1º Andar, e 10º ao 14º Andar, Itaim Bibi, São Paulo - SP, opera como banco múltiplo, na forma da Resolução nº 1.524/88, do Banco Central do Brasil - BACEN, autorizado a desenvolver suas operações por meio das carteiras comercial, câmbio, arrendamento mercantil e de investimento.

Conforme mencionado na nota 3.a., as demonstrações contábeis consolidadas incluem o Banco BNP Paribas Brasil S.A. e suas controladas: BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda. e o BNP Paribas Proprietário Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado - Investimento no exterior ("Grupo").

A elaboração das Demonstrações contábeis consolidadas em "IFRS" foi aprovada pelo Comitê de Auditoria em 12 de março de 2015.

2. Bases de preparação das demonstrações financeiras

a. Base de preparação

Estas demonstrações contábeis consolidadas do Grupo foram elaboradas considerando o estabelecido na Resolução nº 3.786 do Conselho Monetário Nacional ("CMN") que, a partir de 31 de dezembro de 2010, requer a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas anuais, de acordo com o padrão contábil internacional ("IFRS"), conforme aprovado pelo "International Accounting Standard Board" ("IASB").

b. Novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotados pelo Grupo

b.1) Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o Período Findo em 31 de Dezembro de 2014

Alteração do IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação - Essa alteração foi emitida para esclarecer os requerimentos de compensação de instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações contábeis consolidadas do Grupo BNP Paribas Brasil.

Entidades para Investimentos IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 - Divulgação de Participações em Outras Entidades e IAS 27 - Demonstrações Financeiras Separadas - Introduz uma exceção ao princípio que todas as subsidiárias devem ser consolidadas. A alteração requer que a controladora que seja uma entidade de investimento mensure a valor justo pelo resultado seus investimentos em certas entidades, ao invés de consolidá-los. Posteriormente a emissão dessa norma, foi emitida alterações à IFRS 10, 12 e IAS 27 - Entidades para Investimentos Aplicando a Exceção à Consolidação, e essas alterações são vigentes imediatamente a emissão desta alteração da norma. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações contábeis consolidadas do Grupo BNP Paribas Brasil.

IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos - Essa alteração introduz requerimentos de divulgações da mensuração dos valores recuperáveis dos ativos, em decorrência da emissão do IFRS 13. Os impactos identificados estão relacionados à divulgação do valor recuperável e da metodologia de mensuração e não geraram impactos relevantes nas demonstrações contábeis consolidadas.

IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - Esta alteração permite a continuação de "Hedge Accounting", mesmo que um derivativo seja novado (transferido) para uma Clearing, dentro de certas condições. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações contábeis consolidadas do Grupo BNP Paribas Brasil.

b.2) Pronunciamentos Contábeis Emitidos Recentemente e Aplicáveis em Períodos Futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Contábeis Consolidadas e não foram adotados antecipadamente:

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Pronunciamento que visa substituir o IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui: (a) um modelo lógico para classificação e mensuração; (b) um modelo único de "impairment" para instrumentos financeiros, que oferece uma resposta às perdas esperadas; (c) a remoção da volatilidade em resultado oriunda de risco de crédito próprio; e (d) uma nova abordagem para a contabilidade de "Hedge". Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2018. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes - requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. A IFRS 15 substitui a IAS 18, a IAS 11, bem como interpretações relacionadas (IFRICs 13, 15 e 18). Efetiva para exercícios iniciados após 1º de Janeiro de 2017 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

IAS 19 (R1) - Benefícios a empregados - a entidade deve considerar a contribuição dos empregados e de terceiros na contabilização de planos de benefícios definidos. Efetiva para exercícios iniciados após 1º de Julho de 2014 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações contábeis consolidadas do Grupo BNP Paribas Brasil.

Alteração da IFRS 11 - Negócios em Conjunto - A alteração estabelece critérios de contabilização para aquisição de empreendimentos controlados em conjunto e operações em conjunto, que constituem um negócio, conforme metodologia estabelecida na IFRS 3 - Combinações de Negócios. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os impactos dessa alteração serão devidos somente se houver aquisição de controle compartilhado.

Alteração da IAS 16 - Imobilizado e IAS 38 - Ativos Intangíveis - A alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Alteração da IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 - Investimentos em coligada e empreendimentos controlado em conjunto ("joint venture") - As alterações referem a uma inconsistência entre as exigências do IFRS 10 e IAS 28 (2011), ao lidar com a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimentos controlado em conjunto ("joint venture"). Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Ciclo Anual de Melhorias (2012-2014) - Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com objetivo de esclarecer as normas atuais e evitar dupla interpretação. Nesse ciclo foram revisados o IFRS 5 - Ativo Não Circulante Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações, IAS 19 - Benefícios aos Empregados e IAS 34 - Relatório Financeiro Intermediário. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.



Alteração da IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras: As alterações tem o objetivo de incentivar as empresas a identificar quais informações são suficientemente relevantes para serem divulgadas nas demonstrações financeiras. Também é esclarecido que a materialidade se aplica ao conjunto completo de demonstrações financeiras, incluindo suas notas explicativas e que é aplicável a todo e qualquer requerimento de divulgação das normas IFRS. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Alterações na IAS 28, IFRS 10 e na IFRS 12 Aplicando a Exceção à Consolidação: o documento contém orientações de aplicação do conceito de Entidades para Investimento. Alterações na IAS 28, IFRS 10 e na IFRS 12 são efetivas para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB.

c. Utilização de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com o IFRS requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis nos valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas.

A preparação das demonstrações contábeis consolidadas exige que os gestores das empresas e funções corporativas façam estimativas que são refletidas na medição de rendimentos e gastos na conta de ganhos e perdas, dos ativos e passivos no balanço e na divulgação de informações nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Isto exige dos gestores em questão, o exercício de julgamento e fazer uso das informações disponíveis na data de elaboração das demonstrações financeiras quando fazem suas estimativas. Os resultados reais futuros das operações em relação aos quais os Administradores têm feito uso de estimativas podem, na realidade, diferir significativamente, principalmente em função das condições do mercado. Isso pode ter um efeito material sobre as demonstrações financeiras.

Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados.

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em acordo com o IFRS e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis. As estimativas e os julgamentos são avaliados em base contínua, considerando a experiência passada e outros fatores.

Em particular, informações sobre incertezas em estimativas de áreas significativas e julgamentos críticos na aplicação de práticas contábeis que possuem o maior efeito significativo nos saldos registrados nas demonstrações contábeis estão descritas nas notas explicativas nº 4.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

- Imposto de Renda e Contribuição Social diferido

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que o Grupo irá gerar lucro tributável futuro para a sua utilização. A realização esperada do crédito tributário do Grupo, é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 12.

- Valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos

O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos que não são negociados em mercados ativos é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação. As metodologias usadas para avaliar os valores justos de determinados instrumentos financeiros estão descritas na Nota 3. d) v.

- Provisão para "impairment"

O Grupo revisa periodicamente as perdas por "impairment" reconhecidas para cobrir risco de crédito inerentes a atividade de intermediação bancária, conforme divulgado na Nota 3. d) vi.

- Passivos Contingentes

O Grupo revisa periodicamente seus passivos contingentes, conforme divulgado na Nota 3. k).

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas na preparação das demonstrações contábeis consolidadas, e estão aplicadas de forma consistente pelas Entidades do Grupo.

a. Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações financeiras individuais do Banco BNP Paribas Brasil S.A., bem como a de suas controladas, abaixo relacionadas:

Empresas		País de origem	Percentual de Participação	Método de Consolidação
• BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	Controlada	Brasil	74,38%	Integral
• BNP Paribas Proprietário Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado - Investimento no Exterior	EPE	Brasil	100,00%	Integral

i. Escopo da Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas devem incluir:

• Controlada

São classificadas como controladas as empresas sobre as quais o Banco exerce controle, representado pelo poder de gerir as suas políticas financeiras e operacionais para obter benefícios das suas atividades. A controlada é consolidada pelo método integral.

• Entidade de propósito específico (EPE)

Entidade de propósito específico é uma entidade criada para atender a um propósito restrito e bem definido. As demonstrações financeiras de uma entidade de propósito específico são consolidadas pelo método integral nas demonstrações contábeis consolidadas do Grupo, quando a substância do relacionamento dos riscos e benefícios entre o Grupo e esta entidade resulta no controle da entidade pelo Grupo.

A avaliação das circunstâncias apresentadas abaixo pode indicar que, em substância, o Grupo controla e consequentemente consolida uma EPE:

- As atividades da EPE são conduzidas de acordo com as necessidades específicas dos negócios do Grupo, de forma que o Grupo obtém benefícios das operações da EPE;

- O Grupo detém o poder de tomada de decisões de forma a obter a maioria dos benefícios das atividades da EPE ou o Grupo determinou as regras de "auto-funcionamento" das atividades da EPE;

- O Grupo possui direitos de obter a maioria dos benefícios da EPE e consequentemente pode estar exposto aos principais riscos inerentes às atividades da EPE;



- O Grupo retém a maioria dos riscos residuais ou de controle relacionados à EPE ou aos seus ativos, de forma a obter benefícios de suas atividades. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, o fundo BNP Paribas Proprietário Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado - Investimento no Exterior se encaixa na definição de EPE e está sendo consolidado integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas do Banco.

ii. Principais procedimentos de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas são preparadas utilizando políticas contábeis uniformes.

Os resultados das controladas são incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data de aquisição até a data em que o Banco, entidade líder do Grupo, deixa de ter o controle.

O valor contábil do investimento do Banco e a sua participação no patrimônio líquido de cada controlada ou EPE são eliminados assim como os saldos das contas de ativos e passivos, receitas e despesas entre o Banco e suas controladas e EPEs.

Perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma que os ganhos não realizados, mas, somente na extensão de que não há evidência de perda por "impairment".

Além disso, a participação de terceiros no patrimônio líquido das entidades consolidadas é apresentada como "Participações de Acionistas não Controladores" no Balanço Patrimonial Consolidado. A participação de terceiros no lucro do exercício é apresentada como "Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores" na Demonstração consolidada do resultado.

iii. Administração de fundos de investimentos

O Grupo gerencia e administra ativos mantidos em fundos de investimento e outras modalidades de investimento em favor de investidores. As demonstrações financeiras desses fundos não são consolidadas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, exceto aquelas descritas na nota 3 (a).

b. Moeda estrangeira

i. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis consolidadas estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional das empresas que compõe o Grupo. Exceto quando indicado, as informações financeiras expressas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

ii. Transações em moeda estrangeira

Os métodos usados para contabilizar os ativos e passivos relacionados com transações em moeda estrangeira assumidos pelo Grupo, e o usado para medir o risco cambial decorrente de tais operações, depende se os ativos ou passivos em questão são classificados como itens monetários.

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas de transações. Os saldos de conversão pelas taxa de câmbio no final do período referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos nas contas de resultado de variação cambial exceto a variação cambial dos instrumentos designados ao valor justo, as quais são reconhecidas na rubrica Resultado de instrumentos financeiros mantidos para negociação e designados ao valor justo através do resultado; e a variação cambial de operações de crédito a clientes e obrigações por empréstimos e repasses, as quais são reconhecidas na rubrica Resultado de variação cambial.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades, reservas livres mantidas junto ao Banco Central do Brasil e ativos financeiros de alta liquidez, com prazos contratuais inferiores a três meses, que possuem um insignificante risco de mudança no valor justo, e que tem como finalidade o gerenciamento dos compromissos de curto prazo do Grupo.

d. Ativos e Passivos financeiros

De acordo com o IAS 39, todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados sob as seguintes categorias:

- Ativos e passivos financeiros designados ao valor justo através do resultado;
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento;
- Ativos financeiros disponíveis para venda;
- Empréstimos e recebíveis (Operações de créditos a instituições financeiras e clientes, outros ativos financeiros e outros passivos).

i. Reconhecimento

Os ativos e passivos financeiros incluindo aqueles designados a valor justo contra o resultado e disponíveis para venda são inicialmente reconhecidas na data da transação para o IFRS. As operações com títulos permanecem registrados no balanço até que os direitos do Grupo para receber os fluxos de caixa relacionados expire, ou até que o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade dos títulos.

ii. Baixa

Um ativo financeiro é baixado na sua totalidade ou em parte quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expirem ou quando se transfere o direito contratual aos fluxos de caixa do ativo e substancialmente todos os riscos e vantagens da propriedade do ativo. A menos que estas condições estiverem preenchidas, o Grupo mantém o ativo em seu balanço e reconhece um passivo da obrigação criada como resultado da transferência do ativo.

iii. Compensação de ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro e um passivo financeiro são compensados e a quantia líquida apresentada no balanço se, e somente se, o Grupo tem um direito legalmente executável de compensar os montantes reconhecidos e pretenda liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

iv. Mensuração ao custo amortizado

O custo amortizado de ativo financeiro ou de passivo financeiro é a quantia pelo qual o ativo financeiro ou o passivo financeiro é medido no reconhecimento inicial menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa usando o método dos juros efetivos de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia no vencimento, e menos qualquer redução (diretamente ou por meio do uso de conta redutora) quanto à perda do valor recuperável ou incobrabilidade.



v. *Mensuração ao valor justo*

Valor justo é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado, na data das demonstrações contábeis consolidadas.

Quando disponível, o Grupo determina o valor justo de instrumentos financeiros com base nos preços cotados em mercado ativo para aquele instrumento. Um mercado é reconhecido como ativo se os preços cotados são prontamente e regularmente disponíveis e representam transações de mercado fidedignas e regulares ocorridas de forma justa entre partes independentes.

Para os demais instrumentos financeiros sem preços cotados em mercados ativos, o valor justo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação, que podem incluir transações recentes realizadas entre partes independentes em condições justas de mercado, referência ao valor justo de instrumentos similares, método de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções. As técnicas de avaliação utilizadas pelo Grupo utilizam o máximo possível de dados de mercado, baseando-se no mínimo possível em estimativas específicas do Grupo, incorporando todos os fatores que os demais participantes do mercado considerariam na determinação de um preço de negociação, e são consistentes com metodologias econômicas amplamente reconhecidas e utilizadas pelos demais participantes do mercado na precificação destes instrumentos financeiros. Os dados utilizados nas técnicas de avaliação representam razoavelmente as expectativas de mercado e avaliações dos fatores inerentes de risco e retorno do instrumento financeiro avaliado. O Grupo avalia as técnicas utilizadas e as testa para validação utilizando preços de transações de mercado atualmente observáveis do mesmo instrumento ou baseadas em outros dados de mercado observáveis.

A cada transação, o instrumento financeiro é reconhecido inicialmente pelo preço da transação, que é o melhor indicador do valor justo, embora o valor obtido pelo modelo de avaliação possa diferir do preço da transação. Essa diferença inicial, no valor justo indicado por técnicas de avaliação, é reconhecida subsequentemente nas demonstrações consolidadas do resultado, dependendo dos fatos e circunstâncias individuais de cada transação, e nunca posteriormente à data em que os dados de mercado tornem-se completamente observáveis.

De acordo com o IFRS, o Grupo classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos inputs usados no processo de mensuração.

Nível 1 - são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente partindo do princípio que as partes são independentes.

Nível 2 - são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, incluindo os preços cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 - são usadas informações que não estão disponíveis no mercado na definição do valor justo. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

As premissas e dados utilizados nas técnicas de avaliação incluem taxas livres de risco, "spreads" de crédito e outros fatores utilizados na estimativa de taxas de desconto, preços de títulos e de ações, taxas cambiais e volatilidades e correlações estimadas de preços. O objetivo das técnicas de avaliação é a obtenção de um valor justo que reflita o preço do instrumento financeiro na data das demonstrações contábeis consolidadas, que seria determinado por participantes do mercado em transações justas.

O Grupo utiliza modelos de valorização amplamente reconhecidos e adotados pelo mercado para determinação do valor justo de instrumentos financeiros comuns e não muito complexos, que utilizam somente dados observáveis de mercado e requerem pouco julgamento da Administração. Dados observáveis de mercado geralmente são disponíveis para instrumentos de dívida e de capital de entidades listadas, derivativos negociados em bolsas e aqueles simples e amplamente negociados em balcão. Disponibilidade de dados de mercado observáveis reduzem a necessidade de julgamento da Administração, bem como as incertezas associadas à determinação do valor justo de instrumentos financeiros.

A tabela abaixo demonstra os instrumentos financeiros contabilizados a valor justo, pelo método de valorização adotado.

	Preços de mercado cotados em mercados ativos (nível 1)	Técnicas de valorização - dados observáveis (nível 2)	Total
31/12/2014			
Ativos financeiros designados ao valor justo através do resultado	2.196.423	4.597.359	6.793.782
Derivativos	-	1.319.809	1.319.809
Operações de crédito a instituições financeiras (1)	3.470.701	-	3.470.701
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.064.432	-	1.064.432
Total	6.731.556	5.917.168	12.648.724
Passivos financeiros designados ao valor justo através do resultado	-	5.595.274	5.595.274
Derivativos	-	2.258.319	2.258.319
Total	-	7.853.593	7.853.593
31/12/2013			
Ativos financeiros designados ao valor justo através do resultado	2.191.170	1.355.012	3.546.182
Derivativos	-	767.842	767.842
Operações de crédito a instituições financeiras (1)	3.626.701	-	3.626.701
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.100.343	-	1.100.343
Total	6.918.214	2.122.854	9.041.068
Passivos financeiros designados ao valor justo através do resultado	-	1.563.028	1.563.028
Derivativos	-	932.383	932.383
Total	-	2.495.411	2.495.411

(1) As operações de crédito a instituições financeiras referem-se basicamente a aplicações de CDI (Certificado de Depósito Interbancário) as quais são objeto de "Hedge".



Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

Ativos e Passivos financeiros designados ao valor justo através do resultado, Ativos financeiros disponíveis para venda, Operações de crédito a instituições financeiras (Aplicações em Depósitos Interfinanceiros)

Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço. Na ausência de preço cotado na ANBIMA, os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado (corretoras). Para os valores justos de títulos de dívida de empresas e para aplicações em depósitos interfinanceiros o Grupo estima os valores justos efetuando o desconto dos fluxos de caixa estimados adotando-se as taxas de juros do mercado. Os valores justos de ações são apurados com base em seus preços cotados de mercado.

Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos)

Os valores justos dos instrumentos derivativos foram apurados conforme segue:

Operações de "swap" - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata" até a data do balanço. O valor justo dos "swaps" é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.

Operações a termo - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência do prazo dos contratos até a data do balanço. O valor justo dos contratos a termo é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.

Operações com opções - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou no resultado, no caso de não exercício. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como Black & Scholes, usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente.

Operações de futuros - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo, sendo apropriado mensalmente como receita ou despesa. O valor justo dos futuros é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.

Detalhes sobre a classificação dos ativos e passivos financeiros do Grupo são apresentados na nota explicativa nº 4.

vi. Identificação e mensuração de "impairment"

Periodicamente, o Comitê de Crédito e Risco avalia se há evidências objetivas de que os ativos financeiros apresentam "impairment". Os ativos financeiros são considerados com "impairment" quando evidências objetivas demonstram que uma perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que esta perda representa um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo que podem ser estimados de modo confiável.

O Comitê considera evidências de "impairment" tanto para ativos específicos, como no nível coletivo. Tendo em vista o modelo de negócio do Grupo, todos os clientes são avaliados individualmente.

As evidências objetivas de que os ativos financeiros (incluindo instrumentos de capital) possuem "impairment" pode incluir inadimplência por parte do tomador do financiamento, reestruturação do financiamento, indicações de que o tomador do financiamento ou emitente entrará em falência, a inexistência de um mercado ativo para um título, ou outros dados observáveis relativos a um grupo de ativos, tais como, mudanças adversas no histórico de pagamento de tomadores de crédito no Grupo, ou condições econômicas que se correlacionam com inadimplências no Grupo. Em adição, para investimentos em instrumentos de capital, uma perda significativa ou prolongada no seu valor justo abaixo do custo inicial representa uma evidência objetiva de "impairment".

As perdas por "impairment" de ativos contabilizados pelo custo amortizado são mensuradas como sendo a diferença entre o valor contabilizado dos ativos financeiros e o valor presente dos fluxos de caixa estimados, descontadas pelas taxas de juros efetivas originais dos ativos. As perdas são reconhecidas no resultado do período. Os juros de ativos com "impairment" continuam sendo reconhecidos enquanto existir a expectativa de recebimento. Quando um evento subsequente causa uma redução no valor de uma perda por "impairment" anteriormente reconhecida, esta é revertida contra o resultado do período.

Na data de cada balanço é avaliada se há evidência objetiva de que um instrumento financeiro disponível para venda estar deteriorado. Para os títulos de dívida, são utilizados os critérios mencionados no parágrafo anterior. No caso de investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por "impairment" sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por "impairment" de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas por meio da demonstração do resultado. No caso de instrumentos de dívida, se, em um período subsequente, o valor justo desse instrumento classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por "impairment" ter sido reconhecido no resultado, a perda por "impairment" é revertida por meio de demonstração do resultado.

vii. Ativos e passivos financeiros designados ao valor justo através do resultado

i. Ativos e passivos para negociação

Os ativos e passivos para negociação são os ativos e passivos mantidos pelo Grupo com o propósito de vender ou recomprar no curto prazo, ou que mantêm como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições.

Os ativos e passivos para negociação são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo valor justo, e os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período. Os ajustes ao valor justo são reconhecidos como parte do Resultado de instrumentos financeiros mantidos para negociação e designados ao valor justo através do resultado. Os ativos e passivos de negociação não são reclassificados após seu reconhecimento inicial.

O Grupo optou por divulgar os Derivativos (nota 3.d.viii) em linha segregada no Balanço Patrimonial Consolidado.

ii. Passivos financeiros designados a valor justo

São passivos designados a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo). Essa designação não pode ser alterada subsequentemente.

Os passivos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado. Os ganhos e perdas oriundas de alterações no valor justo são incluídos diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Resultado de instrumentos financeiros mantidos para negociação e designados ao valor justo através do resultado. As receitas de juros e as despesas de juros são reconhecidas em Receitas de juros e similares e Despesas de juros e similares.



iii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros mantidos até o vencimento são investimentos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo que o Grupo tem intenção e capacidade para manter até o vencimento.

Os ativos desta categoria são contabilizados pelo custo amortizado usando o método da taxa de juros efetivos, que se baseia na amortização de ágio e desconto (correspondente à diferença entre o preço de aquisição e o valor de resgate dos ativos) e os custos de aquisição eventual (quando individualmente relevantes). Os rendimentos auferidos a partir desta categoria de ativos são incluídos em Receita de juros e similares na conta de resultado.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o Grupo não possuía títulos e valores mobiliários nesta categoria.

viii. Derivativos

Todos os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas na data de negociação ao preço de transação e são reavaliados ao valor justo.

Todos os derivativos são contabilizados como ativos quando o valor justo é positivo, e como passivos quando o valor justo é negativo. Os ganhos e perdas realizados e não realizados dos derivativos quando não qualificados como instrumento de "Hedge" são reconhecidos em conta de Resultado de instrumentos financeiros mantidos para negociação e designados ao valor justo através do resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção do Grupo na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção ("Hedge") ou não.

O Grupo avalia, no início e em bases periódicas, se os instrumentos de proteção são esperados de serem altamente efetivos na compensação das variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens protegidos, durante o período para o qual a proteção está designada, e se os resultados atuais de cada proteção está dentro dos limites de 80% a 125% de efetividade.

As relações de "Hedge" são classificadas nas seguintes categorias:

i. "Hedge" de valor justo

O Grupo possui, em determinadas operações, cobertura de exposição a mudanças no valor justo de um ativo ou passivo reconhecido, de um compromisso firme não reconhecido ou de uma parte identificada desde ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco específico e que possa afetar os lucros e perdas.

Se o derivativo vence ou é vendido, cancelado ou realizado, não cumpre mais com os critérios de contabilização de cobertura de valor justo, ou sua designação é revogada, a sua contabilização como cobertura de valor justo é interrompida. Qualquer ajuste até então, para um item protegido para o qual o método da taxa de juros efetiva é usado, é amortizado ao resultado como parte da taxa de juros efetiva recalculada para o restante de sua vida remanescente.

ii. "Hedge" de fluxo de caixa

O Grupo possui, em determinadas operações, cobertura de exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido (exemplo, a totalidade ou parte dos pagamentos de juros futuros sobre dívida de taxa variável) ou uma transação prevista altamente provável e que possa afetar os lucros e perdas.

Se o derivativo vence ou é vendido, cancelado ou realizado, não cumpre tudo mais com os critérios de contabilização de cobertura de fluxo de caixa, ou sua designação é revogada, a contabilização como cobertura de fluxo de caixa é interrompida e o valor reconhecido em outros resultados abrangentes permanece registrado até que a transação prevista tenha impacto no resultado. Caso a transação prevista não seja mais provável de ocorrência, a contabilização da cobertura de fluxo de caixa é interrompida e o saldo registrado em outros resultados abrangentes é transferido imediatamente para o resultado do período.

iii. "Hedge" de investimento líquidos no exterior

Quando um derivativo (ou passivo financeiro não derivativo) é designado como "Hedge" de investimento líquido no exterior, a parcela efetiva das variações no valor justo do instrumento de "Hedge" é reconhecida diretamente no patrimônio líquido, na reserva de conversão de moedas estrangeiras. Qualquer parcela inefetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. O valor reconhecido no patrimônio líquido é subtraído e transferido para o resultado na baixa do investimento líquido no exterior.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não existiam designações de derivativos para "Hedge" de investimentos líquidos no exterior.

ix. Ativos financeiros disponíveis para venda

De acordo com o IAS 39, os ativos financeiros são classificados como disponíveis para venda quando, no julgamento da Administração, eles podem ser vendidos em resposta ou em antecipação a alterações nas condições de mercado e não forem classificados como Ativos financeiros designados ao valor justo através do resultado, ou operações de crédito.

Os ativos incluídos na categoria disponíveis para venda são inicialmente registrados ao valor justo acrescido dos custos de transação quando relevantes. Na data do balanço são mensurados ao valor justo e as suas alterações no valor justo (excluindo juros) estão apresentadas em uma linha separada no patrimônio líquido, "Outros resultados abrangentes acumulados". Na alienação, esses resultados não realizados são transferidos do patrimônio líquido para conta de resultado, onde são demonstrados na linha de Resultado de ativos financeiros disponíveis para venda.

As rendas reconhecidas usando o método de juros efetivos derivada de títulos de renda fixa disponíveis para a venda são registradas na rubrica Receita de juros e similares na conta de resultado. Os rendimentos de dividendos de títulos de renda variável são reconhecidos no Resultado de ativos financeiros disponíveis para venda, quando o direito do Grupo para receber o pagamento é estabelecido.

x. Ativos não correntes mantidos para a venda

São classificados na categoria de ativos não correntes mantidos para a venda (ou grupo de alienação) as operações cujo valor contábil venha a ser recuperado, principalmente por meio de uma transação de venda, ao invés do uso continuado.

Para este ser o caso, o ativo deve estar disponível para a venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas aos termos que sejam usuais e habituais para vendas desses ativos e sua venda deve ser altamente provável.

Uma vez classificados nesta categoria, os ativos são mensurados ao menor dentre o valor contábil ou valor justo menos os custos para venda.

Estes ativos não são amortizados e estão sujeitos a "impairment". A perda por "impairment" é reconhecida no resultado e pode ser revertida.

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, não haviam ativos não correntes mantidos para a venda.

xi. Operações de crédito

As operações de crédito são mensuradas inicialmente ao valor justo, que geralmente é a quantia líquida paga no início, incluindo os custos diretamente atribuíveis e certos tipos de taxas ou comissões que são vistos como um ajuste na taxa efetiva de juros sobre o empréstimo. São mensurados subsequentemente a custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva do juros.

Comissões recebidas em compromisso de financiamento antes do registro do empréstimo são diferidas e incluídos no valor do empréstimo quando o mesmo é registrado.



Comissões obtidas em compromissos financeiros onde existe a probabilidade de não realizar a operação, ou há incerteza quanto ao momento da realização são reconhecidas numa base linear ao longo da vida do compromisso.

As transações de arrendamento mercantil em que o Grupo é o arrendador e para as quais todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são substancialmente transferidos para o arrendatário são classificadas como arrendamentos financeiros, e os recebíveis equivalentes ao investimento líquido são reconhecidos e apresentados como operações de crédito a clientes.

A eventual perda por "impairment" dos ativos registrados nessa categoria é avaliada segundo as bases descritas na política contábil 3.d. (vi).

xii. Acordos de recompra e empréstimos de títulos

Títulos vendidos com compromisso de recompra continuam a ser registrados no Balanço Patrimonial Consolidado na categoria a que pertencem. O passivo correspondente é reconhecido no balanço em sua respectiva categoria, exceto no caso dos acordos de recompra efetuados para negociação, onde o correspondente passivo é classificado em Passivos financeiros designados ao valor justo através do resultado.

Títulos adquiridos com compromisso de revenda não são reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado. O correspondente recebível será reconhecido em Operações de crédito a instituições financeiras.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não foram efetuados acordos de recompra e empréstimos de títulos.

xiii. Reclassificação de ativos financeiros

As reclassificações de ativos financeiros classificados como "mantidos para negociação" (e que tenham sido designados a valor justo por meio do "Fair Value Option") são permitidas em alguns casos:

- Se o ativo atende a definição de um empréstimo ou recebível na data da reclassificação e se a entidade tem a intenção e a habilidade de manter o instrumento até um momento previsto no futuro ou até o vencimento;
- Para outros ativos financeiros (ou seja, aqueles que não atendem à definição de um empréstimo ou recebível na data de reclassificação), o ativo financeiro pode ser reclassificado somente em raras circunstâncias.

Na data de reclassificação, o valor justo de quaisquer ativos financeiros reclassificados sob novas regras, será o novo custo amortizado do instrumento e, conseqüentemente, os princípios do método da taxa de juros serão aplicados consistentemente.

As reclassificações para instrumentos financeiros que haviam sido designados a valor justo pelo "Fair Value Option" permanecem proibidas. As reclassificações permitidas não podem ser registradas com o objetivo de reverter perdas passadas.

Caso seja feita uma reclassificação de ativos mantidos até o vencimento como o resultado de uma mudança de intenção ou habilidade, haverá uma penalidade que resultará em todos os ativos classificados mantidos até o vencimento serem reclassificados para a categoria Ativos financeiros disponíveis para venda, em que os ativos são reavaliados ao valor justo e qualquer diferença será reconhecida em reserva do patrimônio líquido. Com isso, não poderão ser classificados ativos financeiros na categoria "mantidos até o vencimento" por um período de dois anos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, não foram efetuadas reclassificações de ativos financeiros.

xiv. Emissão de títulos representativos de dívida

Os títulos emitidos pelo Grupo são classificados como instrumentos de dívida, se as entidades do Grupo emitindo os instrumentos tem uma obrigação contratual de entregar dinheiro ou outro ativo financeiro ao detentor do instrumento.

O mesmo aplica-se caso o Grupo seja obrigado a trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade sob condições que sejam potencialmente desfavoráveis, ou entregar um número variável de instrumentos de patrimônio do próprio grupo.

As emissões de títulos de dívida são reconhecidas, inicialmente ao valor de emissão, incluindo os custos de transação, e são posteriormente mensurados ao custo amortizado usando o método de taxa efetiva de juros.

e. Ativos imobilizados

i. Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo menos as depreciações acumuladas e as perdas por "impairment", quando aplicável.

O custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos imobilizados construídos pela própria empresa inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos diretamente atribuíveis necessários à operacionalidade para a utilização prevista.

Quando os principais componentes de um ativo imobilizado possuem diferentes vidas úteis, são contabilizados como itens separados do ativo imobilizado.

ii. Custos subsequentes

O custo de substituir parte de um ativo imobilizado é capitalizado ao valor do bem quando for provável que os benefícios econômicos futuros decorrentes das partes substituídas serão revertidos para o Grupo e o seu custo pode ser mensurado de maneira confiável. O valor remanescente da parte substituída é baixado. Os custos de reparos rotineiros dos ativos imobilizados são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

iii. Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear, considerando a vida útil estimada de cada parte de um ativo imobilizado.

As vidas úteis estimadas dos ativos imobilizados para os exercícios atuais são:

- | | |
|--|----------------------------------|
| • Veículos Usados | 2,5 anos |
| • Equipamentos de processamento de dados | 5 anos |
| • Outros bens | 10 anos |
| • Benfeitorias em imóveis de terceiros | 5 anos ou pelo prazo do contrato |

Os "Outros bens" são compostos de sistema de comunicação, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos, instalações, sistema de segurança e benfeitoria imóveis e terceiros.

f. Ativos intangíveis

i. "Software"

Os "softwares" adquiridos pelo Grupo são registrados pelo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas e das perdas por "impairment", quando aplicável.

A despesa de desenvolvimento interno de "software" é reconhecida como ativo quando o Grupo consegue demonstrar sua intenção e sua capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização do "software" de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de "softwares" desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento e são amortizados durante sua vida útil estimada. Os "softwares" desenvolvidos internamente são registrados pelos seus custos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e de perdas por "impairment".



Despesas subsequentes com “softwares” são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas diretamente no resultado à medida que são incorridas.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada do “software”, a partir da data da sua disponibilidade para uso. A vida útil estimada de “software” é de 5 anos.

ii. Outros intangíveis

Os demais ativos intangíveis são registrados pelo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas e das perdas por “impairment”, quando aplicável. A vida útil estimada é de 5 anos.

g. Arrendamentos financeiros

O ativo arrendado é reconhecido no balanço do arrendatário pelo menor valor entre o (i) o valor justo ou (ii) o valor presente dos pagamentos mínimos calculados à taxa de juros implícita no arrendamento. Os passivos correspondentes, iguais ao valor justo do ativo arrendado ou o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, são também reconhecidos no balanço do arrendatário. O ativo é depreciado usando o mesmo método que foi aplicado a ativos próprios, após a dedução do valor residual do montante inicialmente reconhecido ao longo da vida útil do bem. A obrigação de locação é contabilizada ao custo amortizado.

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, o Grupo não possuía arrendamentos financeiros na figura de arrendatário.

Outros arrendamentos são classificados como operacionais e, os ativos arrendados não são reconhecidos no balanço do Grupo. Os pagamentos do arrendamento feitos como arrendamentos operacionais são levados ao resultado do arrendatário numa base linear durante o prazo do arrendamento.

h. “Impairment” de ativos financeiros

A eventual perda por “impairment” dos ativos financeiros é avaliada segundo as bases descritas na política contábil 3.d. (vi).

O específico componente da contraparte no total de provisões para “impairment” aplica-se a valores avaliados individualmente e é baseado na melhor estimativa da Administração do valor presente dos recebimentos previstos. Na estimativa desses fluxos de caixa, a Administração faz uma avaliação da situação financeira da contraparte e do valor líquido realizável de qualquer garantia relacionada.

i. “Impairment” de ativos não-financeiros

Os valores contábeis dos ativos não-financeiros do Grupo são revisados a cada data das demonstrações financeiras para determinar se há alguma indicação de “impairment”. Caso haja alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por “impairment” é reconhecida se o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Perdas por “impairment” são reconhecidas diretamente no resultado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre seu valor em uso e seu valor justo deduzido dos custos de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

As perdas por “impairment” reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data das demonstrações financeiras para detectar indicações de que a perda tenha diminuído ou não exista mais. Uma perda por “impairment” é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável. Uma perda por “impairment” é revertida somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização, caso nenhuma perda por “impairment” tivesse sido reconhecida.

A Administração do Banco não tem conhecimento de quaisquer ajustes relevantes que possam afetar a capacidade de recuperação dos valores dos ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

j. Depósitos, títulos de dívida emitidos e obrigações por empréstimos e repasses

Os depósitos, as obrigações por empréstimos e repasses e a dívida subordinada são fontes para financiamento das operações do Grupo.

Quando o Grupo vende um ativo financeiro e simultaneamente assina um contrato de recompra do ativo (ou um ativo similar) a um preço fixo ou em uma data futura (“venda com compromisso de recompra”), o contrato é contabilizado como depósito, e o ativo subjacente continua a ser reconhecido nas demonstrações financeiras do Grupo.

Os depósitos e os empréstimos e repasses são inicialmente mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação incrementais diretamente atribuíveis à sua emissão, e subsequentemente são avaliados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

O Grupo contabiliza sua dívida subordinada ao valor justo, sendo as mudanças de valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

k. Provisões para ações judiciais fiscais, trabalhistas e cíveis

Provisões registradas no passivo, exceto as relativas à instrumentos financeiros e aos benefícios aos empregados, são principalmente relacionadas a processos fiscais, trabalhistas e cíveis.

Uma provisão é reconhecida quando for provável que uma saída de recursos será exigida para liquidar uma obrigação decorrente de um evento passado, e uma estimativa confiável possa ser feita do valor da obrigação. O valor desta provisão é atualizado periodicamente para determinar o valor da obrigação.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais estão da seguinte forma:

i. Ações judiciais

São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseada na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As ações classificadas como perdas possíveis são divulgadas em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação.

ii. Obrigações legais, fiscais e previdenciárias

Referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, e atualizados de acordo com a legislação vigente.

Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para passivos contingentes.

l. Garantias financeiras

As garantias financeiras são contratos que requerem do Grupo pagamentos específicos perante o possuidor da garantia financeira por uma perda que incorrida por este quando um devedor específico deixou de fazer o pagamento, conforme os termos do instrumento de dívida.

Passivos de garantias financeiras são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, que é amortizado durante o prazo do contrato. Os passivos de garantias financeiras são subsequentemente contabilizados pelo maior valor entre o valor amortizado e o valor justo. As garantias financeiras são classificados em Outros passivos e reconhecidas no resultado na rubrica Receitas de serviços e comissões.



m. Juros

Receitas e despesas de juros são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado pelo método da taxa efetiva de juros de acordo com o IAS 39. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e os recebimentos futuros em dinheiro durante toda a vida prevista do ativo ou do passivo financeiro (ou, se apropriado, em um período inferior) até atingir-se o valor de liquidação do ativo ou do passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou do passivo financeiro, considerando todos os termos contratuais, não incluindo perdas futuras na realização dos instrumentos financeiros ("impairment").

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as taxas e comissões, os custos de transação, os descontos e os prêmios que são pagos ou recebidos, e não inclui impostos. Os custos são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um ativo ou passivo financeiro.

n. Taxas e comissões

O método utilizado pelo Grupo de reconhecer receitas de comissões de serviços e despesas depende da natureza do serviço. Comissões que são tratadas como um componente adicional de juros são incluídas na taxa de juros efetiva, e são reconhecidas na conta de "Margem financeira".

Comissão a pagar ou a receber na execução de um ato significativo ou serviços prestados são reconhecidos integralmente na conta de resultado na íntegra no momento da execução, sob as rubricas "Receitas e despesas de serviços e comissões" quando este for concluído.

o. Resultado de instrumentos financeiros mantidos para negociação e designados ao valor justo através do resultado

O Resultado de instrumentos financeiros designados ao valor justo através do resultado compreende os ganhos líquidos e as perdas relacionados aos ativos e passivos ao valor justo através do resultado, e inclui todas as alterações realizadas e não realizadas no valor justo sobre estes instrumentos financeiros.

A parte inefetiva de derivativos de "Hedge" qualificados e designados em uma relação de "Hedge" de fluxo de caixa, no mesmo período em que o item protegido é lançado em Resultado de instrumentos financeiros mantidos para negociação e designados ao valor justo através do resultado.

p. Resultado de ativos financeiros disponíveis para venda

O Resultado de ativos financeiros disponíveis para venda compreende as alterações realizadas no valor justo e dividendos sobre os instrumentos financeiros que foram liquidados no exercício. Os juros destes instrumentos mensurados através da taxa efetiva de juros, é registrado na margem financeira na Demonstração Consolidada do Resultado.

q. Dividendos

As receitas de dividendos são reconhecidas quando o direito do recebimento é estabelecido. Os dividendos são refletidos como um componente do Resultado de instrumentos financeiros mantidos para negociação e designados ao valor justo através do resultado, ou em Resultado de ativos financeiros disponíveis para venda, de acordo com a classificação do instrumento de capital.

r. Despesas com arrendamento mercantil

O ativo não é reconhecido no balanço do arrendatário. Os pagamentos do arrendamento feitos como arrendamentos operacionais são levados ao resultado do arrendatário numa base linear durante o prazo do arrendamento.

s. Imposto corrente e diferido

O Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido compreende os impostos sobre a renda correntes e diferidos, sendo reconhecida na Demonstração Consolidada de Resultado, exceto nos casos em que se refere a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Imposto de renda corrente é a expectativa de pagamento de impostos sobre o resultado tributável para o exercício, determinada com base nas leis de impostos e alíquotas vigentes no País durante o período em que a renda é gerada e qualquer ajuste ao imposto a pagar com relação a exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são reconhecidos quando as diferenças temporárias surgem entre a quantia escriturada de um ativo ou passivo no balanço e a sua base tributável.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias, base negativa ou prejuízos fiscais não utilizados somente na medida em que é provável que a entidade em questão vai gerar lucros tributáveis futuros contra os quais essas diferenças temporárias e prejuízos fiscais e bases negativas possam ser compensados.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que é provável que lucros tributáveis futuros serão gerados para sua utilização, e são revisados a cada data de balanço, sendo reduzidos à medida que não seja mais provável que estes benefícios fiscais serão utilizados sendo mensurados às alíquotas fiscais que são esperadas de serem aplicadas às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, com base na legislação vigente na data das demonstrações financeiras.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos como receita ou despesa de imposto na conta de resultado, com exceção dos impostos diferidos relativos a ganhos ou perdas não realizados sobre títulos classificados como disponíveis para venda ou a mudanças no valor justo dos instrumentos designados como "de fluxo de caixa", que são levados ao patrimônio líquido.

Despesas adicionais de imposto de renda decorrentes da distribuição de Juros sobre capital próprio pelo Grupo são reconhecidas no mesmo momento em que a obrigação de Juros sobre capital próprio a pagar é reconhecida.



4. Ativos e passivos financeiros

Classificação contábil e valor justo

A tabela a seguir apresenta a classificação do Grupo das classes de ativos e passivos financeiros, bem como seus respectivos valores contábeis e valores justos para os contabilizados ao custo amortizado

	Saldo	
	contábil total	Valor Justo
<i>(Em milhares de reais)</i>		
Em 31 de dezembro de 2014		
Caixa e equivalentes de caixa	5.122.841	5.122.841
Operações de crédito a instituições financeiras	279.724	279.936
Operações de crédito a clientes	2.960.645	2.966.414
Outros ativos financeiros	308.919	308.714
Total	8.672.129	8.677.905
Depósitos de instituições financeiras	562.551	563.289
Depósitos de clientes	5.046.938	5.044.997
Títulos de dívida emitidos	2.876.802	2.523.041
Obrigações por empréstimos e repasses	2.915.017	2.907.305
Dividendos	5.964	5.964
Total	11.407.272	11.044.596
Em 31 de dezembro de 2013		
Caixa e equivalentes de caixa	3.098.498	3.098.498
Operações de crédito a instituições financeiras	87.965	87.965
Operações de crédito a clientes	1.876.688	1.884.941
Outros ativos financeiros	72.139	72.139
Total	5.135.290	5.143.543
Depósitos de instituições financeiras	159.036	159.033
Depósitos de clientes	6.629.333	6.626.311
Títulos de dívida emitidos	1.114.912	1.111.846
Obrigações por empréstimos e repasses	2.039.946	2.039.364
Dividendos	54.413	54.413
Total	9.997.640	9.990.967

O saldo das Operações de crédito a instituições financeiras compõem apenas o saldo das contas ao custo amortizado.

As operações avaliadas contabilmente pelo custo amortizado são em sua grande maioria de curto prazo e/ou indexadas a taxas pós-fixadas.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Aplicações no mercado aberto	3.971.078	1.956.965
Aplicações em depósitos interfinanceiros	891.804	1.021.883
Aplicações em moedas estrangeiras	193.112	47.250
Disponibilidades	66.812	72.383
Outros	35	17
Total	5.122.841	3.098.498

6. Ativos e passivos financeiros designados ao valor justo através do resultado

Independentemente da segregação por categoria ou estratégia, segue abaixo a carteira por vencimento dos respectivos títulos contratados:

	31/12/2014	31/12/2013
Ativos financeiros designados ao valor justo através do resultado:		
- Carteira para negociação		
Operações de câmbio	4.597.063	1.348.590
Títulos públicos	2.166.347	2.094.637
Cotas de fundo de investimento	30.372	33.784
Outros	-	69.171
Total	6.793.782	3.546.182
Passivos financeiros designados ao valor justo no resultado:		
- Carteira para negociação		
Operações de câmbio	4.487.691	1.218.005
Certificado de Depósito Bancário	251.375	-
Total	4.739.066	1.218.005



- Outros passivos financeiros designados ao valor justo através do resultado:

Dívida Subordinada Res. 3.444	372.773	345.023
Dívida Subordinada - Res. 4.912 - Pendente de autorização do BACEN	483.435	-
Total	856.208	345.023
Total Geral	5.595.274	1.563.028

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos, efetuadas junto à BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, e liquidação de operação de câmbio efetuadas junto à "clearing" de câmbio, foram requeridas margens de garantia no valor de R\$194.582 (em 2013 R\$298.276) referente a Ativos financeiros designados ao valor justo através do resultado.

O saldo referente as Dívidas subordinadas estão representadas respectivamente, por recursos captados por meio de emissão de "fixed rate notes" no valor de US\$125 milhões vencível até janeiro de 2016, com juros contratuais de 5,46% a.a., e US\$175 milhões vencível até janeiro de 2023, com juros de 5,27% a.a. e pela emissão de letras financeiras no valor de R\$13.200, vencíveis até fevereiro de 2020, com juros pré-fixados de 12,70% a.a..

7. Derivativos

Independentemente da segregação por categoria ou estratégia, segue abaixo a carteira por vencimento dos respectivos títulos contratados:

31/12/2014	Em quantidade de dias				Total
	0-30	31-180	181-365	Acima de 365	
Derivativos - Ativo:					
- Carteira para negociação					
Opções	47.975	22.812	25.499	260.478	356.764
Operações a termo	62.523	203.402	24.946	12.952	303.823
Operações de "swap"	888	47.473	64.182	210.638	323.181
Operações com futuros	336.041	-	-	-	336.041
Total	447.427	273.687	114.627	484.068	1.319.809
Derivativos - Passivo:					
- Carteira para negociação					
Opções	56.592	63.681	54.388	339.013	513.674
Operações a termo	15.182	70.396	488	66.494	152.560
Operações de "swap"	145.732	416.040	281.500	654.281	1.497.553
Operações com futuros	94.532	-	-	-	94.532
Total	312.038	550.117	336.376	1.059.788	2.258.319

31/12/2013	Em quantidade de dias				Total
	0-30	31-180	181-365	Acima de 365	
Derivativos - Ativo:					
- Carteira para negociação					
Opções	76.582	12.116	8.442	57.794	154.934
Operações a termo	6.478	94.452	142.611	94.788	338.329
Operações de "swap"	27	18.603	38.112	177.412	234.154
Operações com futuros	40.425	-	-	-	40.425
Total	123.512	125.171	189.165	329.994	767.842
Derivativos - Passivo:					
- Carteira para negociação					
Opções	80.443	63.317	108.694	13.347	265.801
Operações a termo	6.549	44.375	5.408	-	56.332
Operações de "swap"	6.377	24.872	59.698	495.742	586.689
Operações com futuros	23.561	-	-	-	23.561
Total	116.930	132.564	173.800	509.089	932.383

O valor de referência dos contratos ("notional") dos derivativos mantidos para negociação, registrados na BM&FBovespa ou Cetip, está contabilizado em contas de compensação, conforme abaixo:

Indexador	"Swap"	Termo	Futuros	Opções	Total
Moeda estrangeira	34.497.995	11.624.890	49.611.085	8.652.395	104.386.366
Taxa de juros	4.141.230	-	19.335.780	46.817	23.523.827
Outros	238.246	-	-	-	238.246
Total 31/12/2014	38.877.471	11.624.890	68.946.866	8.699.212	128.148.439
Total 31/12/2013	6.342.125	5.062.084	47.696.048	9.994.554	69.094.811

O Grupo tem como política administrar os riscos resultantes de operações com derivativos, evitando assumir posições expostas a flutuações de fatores de mercado e operando apenas com instrumentos que permitam o controle de riscos.



8. Ativos e passivos de derivativos mantidos para gerenciamento de risco

O Grupo utiliza contratos futuros para "Hedge" da sua exposição às variações no valor justo de operações de crédito a instituições financeiras, relacionadas às taxas de juros prefixadas destas operações.

Derivativos utilizados como Instrumentos de "Hedge":

"Hedge" de Risco de Valor Justo

Instrumento			Objeto de "Hedge"				
Produto	Vencimento	Valor referencial	Produto	Indexador	Valor de curva	Valor de mercado	Ajuste no Resultado
DI Futuro	02/01/2018	3.046.724	CDI	Pré	3.076.494	3.050.720	(14.028)
DI Futuro	02/01/2020	14.277	LF	Pré	15.067	14.284	(411)
DI Futuro	04/01/2016	235.393	CDB	Pré	253.150	252.204	947
DI Futuro	04/01/2016	93.721	Instr. Dívida Res. 3.444	Dólar	91.225	93.790	11.889
DI Futuro	02/01/2023	354.922	Instr. Dívida Res. 4.192	Dólar	348.209	355.144	(6.936)

"Hedge" de Fluxo de Caixa

Instrumento			Objeto de "Hedge"				
Produto	Vencimento	Valor referencial	Produto	Indexador	Valor de mercado	Ajuste no resultado	Ajuste no Patrimônio Líquido
DI Futuro	04/01/2018	54.533	CDB	Pós	55.115	54.556	(226)
DI Futuro	04/01/2016	299.575	LF	Pós	302.050	299.705	(1.409)

A efetividade apurada para a carteira de "Hedge" em 31 de dezembro de 2014 não identificou nenhuma parcela inefetiva a ser registrada contabilmente no resultado durante o período. A efetividade calculada sobre os "Hedges" de Fluxo de Caixa foi de 100%.

9. Ativos financeiros disponíveis para venda

A composição do saldo da rubrica Ativos financeiros disponíveis para venda está apresentado abaixo:

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.058.388	1.041.610
Títulos Patrimoniais/Ações e Cotas	6.044	5.118
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	53.505
Ações	-	110
Total	1.064.432	1.100.343

10. Operações de crédito a instituições financeiras

Os saldos patrimoniais estão demonstrados abaixo:

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Depósitos interfinanceiros	3.470.701	3.714.666
Total	3.470.701	3.714.666

11. Operações de crédito a clientes

A composição, por classificação, dos saldos da rubrica Operações de crédito a clientes foram as seguintes:

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Operações de câmbio	1.759.178	1.076.444
Operações de crédito	1.060.125	516.059
Arrendamento mercantil	141.342	284.185
Total	2.960.645	1.876.688

a. Operações de crédito

Os detalhes, por tipo de operação, são indicados a seguir:

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Cessão de Crédito	337.369	32.451
Capital de giro	248.236	115.215
Crédito Rotativo	184.192	194.946
Crédito Rural	115.574	50.422
Finame	102.209	97.539
Financiamento à exportação	65.347	-
Outros Empréstimos	4.165	7.331
Microcrédito	3.033	-
Hot Money	-	10.030
Financiamento à importação	-	8.125
Total	1.060.125	516.059

b. Operações de câmbio

Os detalhes, por tipo de operação, são indicados a seguir:

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Adiantamento sobre contrato de câmbio	1.742.526	1.062.203
Rendas a receber adiantamento concedido	15.370	9.253
Cambiais em moeda estrangeira	1.282	4.988
Total	1.759.178	1.076.444



c. Arrendamentos financeiros a receber

Operações de crédito a clientes incluem os seguintes prazos sobre arrendamentos financeiros a receber:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Arrendamentos a receber até 1 ano	119.955	167.678
Arrendamentos a receber de 1 a 5 anos	21.387	116.507
Total	141.342	284.185

As operações de crédito a clientes tem usualmente garantias de notas promissórias e, para algumas delas, existem garantias reais e fidejussórias.

Não foram identificados elementos indicativos de "impairment" nas operações de crédito a clientes registradas em 31 de dezembro de 2014 considerando o "rating" das operações, histórico de pagamento, bem como as garantias recebidas.

12. Ativos e passivos tributários correntes e diferidos

Ativos por impostos diferidos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação:

<u>Descrição</u>	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição</u>	<u>Realização</u>	<u>Saldo final</u>
Imposto de renda				
Diferenças temporárias:				
Ajuste a mercado de derivativos	6.428	16.451	(10.878)	12.001
Provisão títulos disponíveis para venda	1.409	992	-	2.401
Provisão para riscos fiscais	78.121	13.248	(2.075)	89.294
Provisão para ações judiciais	3.702	3.852	(51)	7.503
Provisão de avais e fianças	1.443	9.956	(9.764)	1.635
Provisão para outros passivos	28.225	27.084	(12.366)	42.943
	119.328	71.583	(35.134)	155.777
Contribuição social				
Diferenças temporárias:				
Ajuste a mercado de derivativos	3.563	9.575	(6.232)	6.906
Provisão títulos disponíveis para venda	846	595	-	1.441
Provisão para riscos fiscais	46.874	7.949	(1.245)	53.578
Provisão para ações judiciais	2.221	2.311	(31)	4.501
Provisão de avais e fianças	865	5.974	(5.859)	980
Provisão para outros passivos	16.938	16.251	(7.419)	25.770
	71.307	42.655	(20.786)	93.176
Total 2014	190.635	114.238	(55.920)	248.953
Total 2013	178.852	86.314	(74.531)	190.635

Passivo de impostos diferidos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, os débitos tributários diferidos apresentaram a seguinte movimentação:

<u>Descrição</u>	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição</u>	<u>Realização</u>	<u>Saldo final</u>
Imposto de renda e contribuição social				
Diferenças temporárias:				
Provisão "Hedge" Fluxo de Caixa	(1.937)	-	848	(1.089)
Superveniência de depreciação	(35.799)	-	11.047	(24.752)
Total 2014	(37.736)	-	11.895	(25.841)
Total 2013	(59.836)	(1.937)	24.037	(37.736)

Passivo tributário corrente

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, os passivos tributários correntes, líquidos de antecipações e retenções de fonte, estavam assim distribuídos:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Provisão de imposto de renda a pagar	46.135	22.349
Provisão de contribuição social a pagar	26.174	16.097
Total	72.309	38.446

A expectativa de realização dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2014 é:

<u>Exercício social</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>de 2020 até 2024</u>	<u>Total</u>
Créditos tributários	81.773	4.054	8.249	-	-	154.876	248.952

O valor presente dos créditos tributários, em 31 de dezembro de 2014, é estimado em R\$129.393, utilizando-se a taxa média de custo de captação estipulada para os respectivos períodos.



13. Ativos imobilizados

Os ativos imobilizados do Grupo dizem respeito ao imobilizado para uso próprio. O Grupo não tem ativos imobilizados mantidos como propriedade de investimento, nem arrendados sob a condição de arrendamentos operacionais e não tem nenhuma obrigação contratual para investir em imobilizado. O Grupo não fez parte de nenhum contrato de arrendamento financeiro durante o exercício.

As variações da rubrica Ativos imobilizados foram as seguintes:

<u>Custo da aquisição</u>	<u>Veículos</u>	<u>Equipamentos de processamento de dados</u>	<u>Outros bens</u>	<u>Total</u>
Imobilizado				
Saldo em 31 de dezembro de 2012	25	21.271	27.862	49.158
Aquisições	-	1.871	387	2.258
Alienações	-	(118)	(508)	(626)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	25	23.024	27.741	50.790
Aquisições	-	3.251	3.966	7.217
Alienações	(25)	(2.466)	(60)	(2.551)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	23.809	31.647	55.456
Depreciação				
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(1)	(14.735)	(16.822)	(31.558)
Depreciações	(10)	(2.660)	(2.485)	(5.155)
Alienações	-	113	388	501
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(11)	(17.282)	(18.919)	(36.212)
Depreciações	(3)	(2.251)	(2.806)	(5.060)
Alienações	14	2.456	33	2.503
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	(17.077)	(21.692)	(38.769)
Saldo contábil em 31 de dezembro de 2014	-	6.732	9.955	16.687

14. Ativos intangíveis

As variações da rubrica Ativos intangíveis foram as seguintes:

<u>Custo de aquisição</u>	<u>"Software"</u>	<u>Outros intangíveis</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	8.456	5.032	13.488
Aquisições	300	-	300
Alienações	(58)	-	(58)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	8.698	5.032	13.730
Aquisições	1.181	-	1.181
Saldo em 31 de dezembro de 2014	9.879	5.032	14.911
Amortização			
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(6.362)	(5.032)	(11.394)
Amortizações	(711)	-	(711)
Alienações	2	-	2
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(7.071)	(5.032)	(12.103)
Amortizações	(736)	-	(736)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(7.807)	(5.032)	(12.839)
Saldo contábil em 31 de dezembro de 2014	2.072	-	2.072

15. Outros ativos financeiros

A composição do saldo da rubrica Outros ativos financeiros é a seguinte:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Negociação e intermediação de valores	199.235	513
Outros recebíveis	47.957	37.867
Devedores diversos - exterior	42.648	19.930
Serviços prestados a receber	16.495	12.630
Despesas antecipadas de outros ativos financeiros	2.584	1.199
Total	308.919	72.139
Outros ativos financeiros		
<u>Descrição</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Outros ativos financeiros até 1 ano	308.919	68.629
Outros ativos financeiros de 1 a 5 anos	-	3.510
Total	308.919	72.139



16. Outros ativos

A composição do saldo da rubrica Outros ativos é a seguinte:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Devedores por depósitos em garantia	332.762	287.859
Adiantamentos diversos	3.656	3.089
Devedores diversos - país	2.170	3.951
Despesas antecipadas de outros ativos	1.427	1.559
Outros créditos a compensar/recuperar	1.516	586
Total	341.531	297.044

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Outros ativos até 1 ano	8.523	8.258
Outros ativos de 1 a 5 anos	333.008	288.786
Total	341.531	297.044

17. Garantias

A exposição máxima se as garantias financeiras forem exigidas, são assim compostas:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
"Performance bond"	1.333.428	1.447.945
Fiança Bancária	1.625.382	1.247.698
Fianças de processos em juízo	732.245	554.905
"Advance payment bond"	437.749	469.219
Adiantamento de contrato	403.830	183.553
Pagamento de aluguel	36.789	29.809
"Bid bond"	29.486	22.184
Total	4.598.909	3.955.313

Essas garantias estão contabilizadas em "off-balance". Foram identificados "impairment" de R\$6.539 (em 2013 R\$5.765), conforme nota 34b.

As comissões a receber a valor justo correspondem a R\$15.166 (em 2013 R\$21.648) contabilizadas "pro rata temporis" pelo prazo remanescente das operações.

18. Depósitos de instituições financeiras

A composição do saldo da rubrica Depósitos de instituições financeiras é a seguinte:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Depósitos interfinanceiros	425.226	104.884
Outros depósitos de instituições financeiras	112.737	36.517
Captações no mercado aberto	24.588	17.635
Total	562.551	159.036

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Depósitos de instituições financeiros até 1 ano	399.060	159.036
Depósitos de instituições financeiros de 1 a 5 anos	163.491	-
Total	562.551	159.036

19. Depósitos de clientes

A composição do saldo da rubrica Depósitos de clientes é o seguinte:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Depósitos a prazo	3.439.521	4.418.741
Captações no mercado aberto	1.391.907	2.039.309
Depósitos à vista	161.322	122.015
Ordens de pagamento a cumprir	54.188	49.268
Total	5.046.938	6.629.333

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Depósitos de clientes até 1 ano	3.050.284	5.181.665
Depósitos de clientes de 1 a 5 anos	1.959.279	1.413.678
Depósitos de clientes acima de 5 anos	37.375	33.990
Total	5.046.938	6.629.333



20. Títulos de dívida emitidos

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Títulos de dívida emitidos até 1 ano	742.848	239.565
Títulos de dívida emitidos de 1 a 5 anos	2.133.954	875.347
Total	2.876.802	1.114.912

O saldo da rubrica Títulos de dívida emitidos corresponde a obrigações por emissão de letras financeiras, no montante de R\$2.827.192 (em 2013 R\$1.114.912), atualizados ao custo amortizado com vencimento até 28/03/2019. Para as operações prefixadas variam de 8,36% a.a. a 14,31% a.a., e pós-fixada de 97,00% a 108,50% do CDI e IPCA mais 2,15% a.a. a 3,30% a.a.

21. Obrigações por empréstimos e repasses

A composição do saldo da rubrica Obrigações por empréstimos e repasses ao custo amortizado é o seguinte:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
No país:		
Repasses - FUNCAFE	80.095	41.341
Repasses - BNDES EXIM-PRÉ	76.958	67.515
Repasses - BNDES FINEM	25.129	29.872
	182.182	138.728
No exterior:		
Empréstimos - Moeda estrangeira	2.732.835	1.901.218
Total	2.915.017	2.039.946

São compostas basicamente por:

- i. Obrigações em Moedas Estrangeiras - contratados integralmente com a matriz, financiamentos à importação e exportação com cartas de crédito contratadas:
 - i) Empresas do Grupo BNP Paribas, localizadas em Nova York e Paris, todos vencíveis até 29 de novembro de 2015 com encargos financeiros que variam de 0,29% a.a. a 0,64% a.a. (em 2013 0,15% a.a. a 1,13% a.a.), além da respectiva variação cambial;
 - ii) Outros empréstimos, vencíveis até 30 de setembro de 2015, com encargos financeiros que variam de 5,64% a.a. a 7,08% a.a., além da respectiva variação cambial.
- ii. Operações de Repasses do País FINAME - vencíveis até 17 de junho de 2019 com encargos que variam de:
 - i) 7,50% a.a. (em 2013 7,50% a.a.) acima da variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP;
 - ii) 3,80% a.a. 6,50% a.a. (em 2013 3,80% a.a. a 6,30% a.a.) para operações em R\$-PRÉ; e
 - iii) 2,50% a.a. (em 2013 2,50% a.a.) para operações em UMBNDES.
- iii. FUNCAFE com encargos de 2,00% a.a. (em 2013 1,00% a.a.), vencíveis até 25 de julho de 2016 e
- iv. Repasses do Exterior, com encargos financeiros que variam de 0,62% a.a. a 1,30% a.a. (em 2013 1,25% a.a. a 1,67% a.a.), vencíveis até 11 de fevereiro de 2016.

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Obrigações por empréstimos e repasses até 1 ano	2.750.301	1.927.619
Obrigações por empréstimos e repasses de 1 a 5 anos	164.716	82.455
Obrigações por empréstimos e repasses acima de 5 anos	-	29.872
Total	2.915.017	2.039.946

22. Provisões

A posição das provisões constituídas sobre os processos judiciais, segregadas por natureza da causa, é a seguinte:

	<u>Demandas</u>	<u>Demandas</u>	<u>Demandas</u>	<u>Outras</u>	<u>Total</u>
	<u>fiscais</u>	<u>trabalhistas</u>	<u>cíveis</u>	<u>provisões</u>	
Saldo inicial em 31/12/2012	267.385	11.439	-	-	278.824
Constituição	25.590	14.867	6	5.765	46.228
Reversão	-	(1.066)	-	-	(1.066)
Atualizações monetárias	19.507	825	1	-	20.333
Baixas por pagamento	-	(1.270)	-	-	(1.270)
Saldo final 31/12/2013	312.482	24.795	7	5.765	343.049
Constituição	29.398	7.717	-	773	37.888
Reversão	(8.300)	(1.522)	(4)	-	(9.826)
Atualizações monetárias	24.033	1.194	1	-	25.228
Baixas por pagamento	(442)	(2.182)	-	-	(2.624)
Saldo final 31/12/2014	357.171	30.002	4	6.538	393.715



As provisões são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseada na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado que o risco de perda é provável e seus montantes podem ser mensurados com suficiente segurança. As provisões classificadas como perdas possíveis ou remotas não são reconhecidas contabilmente e estão representados por processo de natureza cível e trabalhista. Em 31 de dezembro de 2014, os riscos considerados como de perda possível montam em R\$151.849 (em 2013 R\$25.871).

As demandas fiscais referem-se principalmente a processos judiciais onde está sendo contestado a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente. Em 31 de dezembro de 2014, a provisão para riscos fiscais era composta principalmente da provisão para pagamento da COFINS e do PIS, no valor de R\$278.453 e R\$27.938 respectivamente (em 2013 R\$235.863 e R\$23.307 respectivamente), em que o Grupo discute judicialmente a ampliação da base de cálculo estabelecida pelo Parágrafo 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98 e de provisão de R\$50.779 (em 2013 R\$45.012) referente ao ISS sobre operações de fianças, avais, câmbio e crédito.

Em geral, as provisões referentes as ações judiciais do Grupo são de longo prazo, considerando o tempo necessário para a conclusão dessas ações no sistema judicial brasileiro. Em virtude desse fato, observamos que é difícil fazer estimativas precisas com relação ao ano específico em que a ação judicial será concluída, principalmente nas etapas iniciais de um caso. Por essa razão, o Grupo não incluiu estimativas referentes à futura data do acordo para a maioria das provisões significativas resultantes de ações judiciais.

23. Outros passivos

A composição do saldo da rubrica Outros passivos é o seguinte:

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Provisão para despesas de pessoal	89.392	87.602
Adiantamento recebido sobre operações de câmbio	54.513	49.332
Outros impostos e contribuições a recolher	55.664	55.409
Provisões de despesas administrativas	13.628	11.567
Resultado de exercícios futuros	4.684	2.224
Diversos	11.223	12.746
Total	229.104	218.880

24. Patrimônio líquido

a) Capital

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, capital social está representado por 166.829 ações ordinárias sem valores nominais, totalmente integralizadas.

b) Destinação de resultados

Conforme definido no Estatuto do Banco são assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 5% sobre o lucro líquido do exercício conforme disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, houve a destinação de resultado para pagamento de Juros sobre Capital Próprio no valor de R\$21.000 (em 2013 R\$64.000), a qual proporcionou uma redução na despesa de imposto de renda e contribuição social, no montante de R\$8.400 (em 2013 R\$25.600). Além do Juros sobre Capital Próprio, 5% do lucro líquido do exercício, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normatizadas pelo BACEN, foi destinado para constituição de Reserva Legal, no valor de R\$3.756 (em 2013 R\$9.388) e em 2013 R\$60.331 foi destinado para Reserva Estatutária.

c) Aumento de capital

Em 31 de dezembro de 2014 por deliberação dos acionistas controladores houve o aumento de capital do Banco em R\$525 (R\$54.000 em 2013), sem a emissão de novas ações, por meio da utilização da Reserva de lucros.

d) Reserva de lucros

A conta de reserva de lucros do Banco é composta por reserva legal e reserva estatutária. O saldo da reserva de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Banco sendo que, qualquer valor excedente deve ser capitalizado e/ou distribuído como dividendo. O Banco não possui outras reservas de lucros.

Nos termos da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e do estatuto social, o Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normatizadas pelo BACEN, para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Banco.

25. Receitas e Despesas de juros e similares

A composição dos principais itens de receitas e despesas de juros está demonstrada a seguir:

	2014	2013
Receitas de juros e similares		
Operações de crédito a instituições financeiras	860.305	645.700
Ativos financeiros designados ao valor justo - Disponível para venda	259.924	231.854
Operações de crédito a clientes	167.320	116.053
Total	1.287.549	993.607
Despesas de juros e similares		
Depósitos de clientes e depósitos de instituições financeiras	598.676	511.964
Títulos de dívida emitidos	227.206	68.853
Passivos financeiros designados ao valor justo	32.410	17.486
Obrigações por empréstimos e repasses	18.146	18.636
Outros	5.929	6.465
Total	882.367	623.404
Total Geral	4.339.832	370.203

A rubrica "Outros" é composta basicamente por despesa de contribuição ao FGC.



A composição dos principais itens das despesas de juros por depósitos de clientes e depósitos de instituições financeiras está demonstrada a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Despesas de juros por depósitos de clientes e depósitos de instituições financeiras		
Depósito a prazo	387.608	332.378
Operações compromissadas	173.425	162.396
Depósito interfinanceiro	37.639	16.523
Outros	4	667
Total	<u>598.676</u>	<u>511.964</u>

26. Resultado líquido de serviços e comissões

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receitas de serviços e comissões		
Prestação de serviços	77.024	79.409
Taxa de administração	64.493	68.645
Comissões sobre fianças recebidas	37.377	33.337
Outras comissões recebidas	41.966	26.954
Total	<u>220.860</u>	<u>208.345</u>
Despesas de serviços e comissões		
Comissões sobre adiantamentos a fornecedores	16.350	-
Serviços prestados	11.150	3.656
Comissões sobre fianças pagas	4.234	2.744
Outras Comissões pagas	4.010	291
Total	<u>35.744</u>	<u>6.691</u>
Resultado líquido de serviços e comissões	<u>185.116</u>	<u>201.654</u>

27. Resultado de instrumentos financeiros mantidos para negociação e designados ao valor justo através do resultado

O Resultado de instrumentos financeiros mantidos para negociação e designados ao valor justo através do resultado inclui todos os ganhos e perdas relativos aos instrumentos financeiros geridos na carteira de negociação e instrumentos financeiros que o Grupo tenha designado pelo valor justo através do resultado.

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Resultado de instrumentos financeiros mantidos para negociação:		
Derivativos mantidos para negociação	219.046	138.672
Operações cambiais	(152.355)	40.141
Outros	47.711	53.104
Renda fixa	(66.439)	(104.786)
Total	<u>47.963</u>	<u>127.131</u>
Resultado de outros instrumentos financeiros ao valor justo no resultado:		
Dívida Subordinada	27.355	10.656
Renda fixa	(11.099)	(48.960)
Total	<u>16.256</u>	<u>(38.304)</u>
Resultado de derivativos mantidos para gerenciamento de riscos:		
Taxa de juros e câmbio	44.713	36.381
Total	<u>44.713</u>	<u>36.381</u>
Total Geral	<u>108.932</u>	<u>125.208</u>

28. Resultado de ativos financeiros disponíveis para venda

O Resultado de instrumentos financeiros disponíveis para venda compreende as alterações realizadas no valor justo e dividendos sobre estes instrumentos financeiros.

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Resultado na venda de títulos de investimento disponíveis para venda:		
Títulos públicos	(1.357)	(2.897)
Títulos privados	(116)	13.846
Dividendos/remuneração de ações disponíveis para venda	(58)	877
Total	<u>(1.531)</u>	<u>11.826</u>

Durante o ano foram transferidas do Patrimônio Líquido para o resultado o valor de R\$1.776 (em 2013 R\$13.593 como ganho) como perdas de alienação de ativos financeiros disponíveis para venda.



29. Outras receitas operacionais

Essa rubrica está assim demonstrada:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Outras receitas operacionais:		
Atualização depósito judicial	23.278	15.579
Outras	1.248	1.474
Total	<u>24.526</u>	<u>17.053</u>

30. Despesas de pessoal

A composição da rubrica Despesa de Pessoal está demonstrada a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Despesas de pessoal:		
Salários, participação nos lucros e bônus	170.751	149.149
Encargos sociais	52.930	52.302
Outros benefícios dos funcionários	17.092	14.256
Despesas com planos de aposentadoria de contribuição definida	4.416	4.009
Treinamento	1.424	1.139
Total	<u>246.613</u>	<u>220.855</u>

31. Depreciação e amortização

A rubrica Depreciação e amortização está composta como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Despesa de depreciação e amortização:		
Outros bens	2.790	2.483
Equipamentos de processamento de dados	2.251	2.660
Amortização de ativos intangíveis	736	711
Benfeitorias em imóveis de terceiros	16	2
Veículos	3	10
Total	<u>5.796</u>	<u>5.866</u>

32. Outras despesas operacionais

As Outras despesas operacionais estão compostas como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Outras despesas operacionais:		
Serviços do sistema financeiro	27.951	42.048
Despesas tributárias	38.042	37.461
Atualização de provisões para ações judiciais	31.203	36.577
Processamento de dados	21.012	20.490
Serviços de terceiros	23.430	19.336
Despesas de arrendamentos operacionais	12.442	11.238
Viagens	8.295	8.400
Serviços técnicos especializados	5.887	6.108
Comunicação	4.663	5.079
Promoções e relações públicas	3.436	3.493
Transportes	1.489	1.586
Publicação e propaganda e publicidade	1.226	1.191
Outras	9.920	12.906
Total	<u>188.996</u>	<u>205.913</u>

As despesas tributárias, dentre outros tributos não incidentes sobre o lucro, refere-se principalmente a PIS e COFINS.

O saldo da rubrica Despesas de arrendamentos operacionais está resumido no quadro a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Despesas de arrendamentos operacionais:		
Aluguel de imóvel	10.731	9.799
Aluguel de carro	715	626
Aluguel outros	996	813
Total	<u>12.442</u>	<u>11.238</u>



Abaixo apresentamos o total dos futuros pagamentos de locações operacionais:

<u>2014</u>	<u>Até 1 ano</u>	<u>De 1 a 5 anos</u>	<u>Mais de 5 anos</u>
Aluguel de imóvel	8.507	26.160	965
Aluguel de carro	493	987	-
Aluguel outros	996	3.984	4.980
Total	9.996	31.131	5.945

<u>2013</u>	<u>Até 1 ano</u>	<u>De 1 a 5 anos</u>	<u>Mais de 5 anos</u>
Aluguel de imóvel	8.500	27.741	4.756
Aluguel de carro	697	1.393	-
Aluguel outros	813	3.254	4.067
Total	10.010	32.388	8.823

O Grupo aluga diversos imóveis para o uso em suas operações, segundo contrato de locação imobiliária padrão, que normalmente podem ser rescindidos a seu critério e incluem opções de renovação e cláusulas de locação. Nenhum contrato de locação impõe restrições relacionadas a dividendos, contratação de dívidas e arrendamentos adicionais.

33. Despesa de imposto sobre a renda

a. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social fora assim apuradas:

<u>Descrição</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social e juros sobre capital próprio	204.223	272.358
(-) Juros sobre capital próprio	(21.000)	(64.000)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	183.223	208.358
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(73.289)	(83.343)
<u>Ajustes decorrentes da legislação fiscal:</u>		
Exclusões (adições) permanentes		
Juros sobre títulos soberanos externos e dividendos	13.592	20.282
Despesas indedutíveis, doações e incentivos e Usufruto	1.768	(772)
Diferença de alíquota e de regime de tributação (lucro presumido)	1.411	2.870
Total	(56.518)	(60.963)
Abertura:		
Impostos correntes	(124.296)	(97.467)
Impostos diferidos	67.778	36.504
Taxa tributária efetiva	28%	22%

b. Impostos diferidos reconhecidos no resultado abrangente

<u>Descrição</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Créditos tributários reconhecidos no resultado		
Diferenças temporárias	49.694	14.015
Depreciação excedente de bens arrendados	11.047	1.934
Ajuste ao valor justo dos títulos e derivativos	7.037	20.555
Total IR/CSLL diferido reconhecido no resultado	67.778	36.504
Créditos tributários reconhecidos no patrimônio		
Ajuste ao valor justo dos títulos disponíveis para venda	1.587	8.628
Ajuste ao valor justo do "hedge" de fluxo de caixa	848	(11.459)
Total IR/CSLL diferido reconhecido no patrimônio	2.435	(2.831)

34. Gerenciamento de riscos financeiros

a. Introdução e visão geral

O Grupo está exposto aos seguintes riscos provenientes do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

Esta nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo a cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos adotados pelo Grupo, e o seu gerenciamento de capital.



Estrutura de gerenciamento de risco

O Grupo monitora os riscos aos quais se submete de maneira unificada sob a estrutura do GRM, "Group Risk Management" ou "Grupo de Gerenciamento de Risco". Isso inclui os departamentos responsáveis pelos:

- Riscos de Crédito (CRI)
- Riscos de Mercado (RISK-IM)
- Riscos de liquidez

b. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de incorrer perdas em ativos financeiros (existentes ou potenciais, devido a compromissos dado) resultantes de uma mudança na qualidade do crédito dos devedores das entidades do Grupo, o que pode resultar em inadimplência. A probabilidade de inadimplência e a expectativa de recuperação do empréstimo ou do recebível em caso de inadimplência são os principais componentes da avaliação da qualidade de crédito.

A gestão do risco de crédito do Grupo é feita tendo como objetivo otimizar a relação entre o risco e o retorno de seus ativos.

Gerenciamento do risco de crédito

A área de Risco de Crédito do Grupo observa a política e normas de monitoramento da Matriz do Grupo e está em conformidade com as regulamentações de Basileia II e das normas emanadas pelo Banco Central do Brasil.

A missão da área de risco de crédito inclui:

- Assegurar o respeito às normas e procedimentos de risco de crédito, em colaboração com áreas afins.
- Garantir a manutenção de um nível de risco aceitável da carteira de crédito do Grupo.
- Controlar os riscos de crédito segundo as deliberações dos Comitê Central na Casa Matriz ou local e conforme as normas expedidas pelas autoridades reguladoras brasileiras.
- Contribuir como um "segundo olhar" para riscos de "compliance", de compatibilidade às políticas de risco de crédito, de conformidade quanto aos objetivos de classificação de risco e objetivos de retorno sobre operações.
- Manter a adequada classificação de riscos da carteira de crédito do Grupo, orientando as áreas envolvidas quanto aos critérios a serem utilizados para fins de provisionamento contábil.
- Informar os Comitês Executivos sobre riscos de crédito aos quais o Grupo está exposto, incluindo os riscos envolvidos em operações e/ou transações.

Exposição consolidada ao risco de crédito:

	2014	2013
Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado	6.793.782	3.546.182
Derivativos	1.319.809	767.842
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	1.064.432	1.100.343
Operações de crédito a instituições financeiras	3.470.701	3.714.666
Operações de crédito a clientes	2.960.645	1.876.688
Garantias prestadas ("off balance")	4.598.909	3.955.313
Exposição bruta	20.208.278	14.961.034
Provisão "impairment" - garantias prestadas	(6.539)	(5.765)
Exposição líquida	20.201.739	14.955.269

Apresentamos abaixo uma análise das concentrações de risco de crédito por setor na data de balanço:

	2014	2013
Governo	3.224.483	3.267.186
Indústria	2.501.291	1.837.609
Comércio	427.108	107.474
Instituição financeira	8.176.692	5.301.198
Outros serviços	5.809.614	4.384.228
Pessoa física	69.090	63.339
Exposição bruta	20.208.278	14.961.034
Provisão "impairment"- Outros serviços	(6.539)	(5.765)
Exposição líquida	20.201.739	14.955.269

Do total da exposição líquida consolidada ao risco de crédito as operações vencidas compreendem:

	2014	2013
Operações de crédito a clientes - Adiantamento de Contrato de Câmbio		
Até 60 dias	279	6.216
Total de operações vencidas	279	6.216

Em 2014 houve recuperação de créditos referentes a créditos anteriormente baixados contra provisão no montante de R\$9.282 (em 2013 R\$724).

Responsabilidade da área de Risco de Crédito

A área de Risco de Crédito é responsável pela avaliação e validação das solicitações de crédito formuladas pelas áreas de negócios, a serem submetidas ao Comitê de Crédito para discussão e aprovação e/ou recomendação, dentro dos poderes delegados pela Matriz, e pela gestão e controle dos riscos de crédito aprovados e/ou recomendados pelo Comitê de Crédito do Grupo decorrentes das operações ativas que representem a concessão de linha de crédito ou a liberação de recursos, realizadas com clientes corporativos.



Princípios Gerais de Risco de Crédito

As áreas de negócios são as responsáveis pela preparação das solicitações de crédito, que deverão conter as informações necessárias para fundamentar uma decisão de crédito. Cabe à área de Risco de Crédito avaliar e validar a proposta apresentada pelas áreas de negócios quanto ao correto acesso ao risco.

Todas as decisões de crédito são formalizadas em Atas de Reunião assinadas pelos membros do Comitê de Crédito.

Em alguns casos (a serem definidos pelos Representantes de Risco), a proposta poderá ser aprovada por circulação entre os membros do Comitê de Crédito local.

Nos casos de risco fora dos poderes locais, a Ata de Reunião e o Dossiê de Crédito são enviados para o Comitê Responsável na Casa Matriz, para análise e aprovação.

A composição do Comitê de Crédito é definida pelo Diretor Presidente e a Diretoria de Riscos de maneira a garantir a melhor informação possível sobre as propostas de crédito à Diretoria Executiva do Grupo, estando esta composição formalizada em Ata de Reunião do Comitê Executivo.

As alçadas de crédito são concedidas na Casa Matriz, através das "Cartas de Delegação de Crédito". No Brasil, somente o Diretor Presidente em conjunto com os Representantes de Risco de Crédito possuem alçada de delegação de crédito.

Negócios especiais ou diferenciados devem envolver os especialistas em suas respectivas áreas que irão prover o apoio técnico necessário ao negócio.

A decisão final em relação ao rating de crédito e à taxa de recuperação do crédito concedido ("*Global Recovery Rate*" - "GRR") pertence à Diretoria de Risco de Crédito.

O processo de crédito não se encerra com a aprovação de uma operação ou limite de crédito. Os limites concedidos, bem como as operações desembolsadas devem ser monitoradas durante todo o tempo de sua vigência, sendo responsabilidade da Área de "*Credit Risk & Control*" (CRC) o acompanhamento das aprovações de crédito bem como a alimentação e monitoramento dos sistemas de crédito vigentes no Grupo.

É de responsabilidade da CRC apontar os excessos e/ou irregularidades de crédito que ocorrerem aos Representantes de Crédito e às Áreas de Negócios.

Garantias e Política de Mitigação do Risco de Crédito

O Grupo utiliza garantias para reduzir a ocorrência de perdas em operações que apresentam risco de crédito. Desse modo, as garantias são utilizadas com o fim de melhorar o potencial de recuperação do crédito em caso de inadimplência.

- Garantias Pessoais, são usadas quando uma parte garante o repagamento da dívida do devedor;
- Garantia Conjunta, é usada quando mais de uma parte garante o repagamento da dívida do devedor. Cada garantidor é responsável pelo valor a si declarado na garantia ou no montante integral da dívida se a garantia estiver cobrindo todos os compromissos;
- Garantia Cruzada, diversas entidades do mesmo grupo (ou relacionadas entre si) garantem a dívida de todas as outras entidades englobadas na garantia cruzada. Para esta garantia, é exigido a Ata de Autorização do Conselho Administrativo do Grupo devedor;
- Garantia de Entidades no exterior, assegurar que o garantidor forneça as autorizações de remessa dos montantes e que os mesmos estejam em conformidade com o controle cambial do Banco Central. O objetivo da aprovação de remessa cambial permite a transferência de fundos caso o Grupo necessite acionar a garantia;
- SBLC - "*Standby Letter of Credit*", quando uma subsidiária do Banco BNP Paribas em um determinado país, solicita a uma subsidiária do BNP Paribas em outro país a conceder uma linha de crédito para uma filial de um cliente, e a subsidiária do BNPP que concede a linha de crédito recebe do BNPP de origem uma carta de garantia denominada "*Accreditif*" (ou SBLC - "*Standby Letter of Credit*");
- Contragarantia, quando uma subsidiária do Banco BNP Paribas (Emissor) solicita uma outra subsidiária (Receptora) do BNPP a emissão de uma garantia para uma filial de seu cliente. O BNPP Emissor deve enviar para o BNPP Receptor uma garantia (mensagem "*swift*") onde o Emissor assume todos os riscos e responsabilidades para a referida transação, a qual deverá ser registrada em nome do Emissor (subsidiária do BNPP) e não do cliente.

A área de negócios define as garantias necessárias para determinadas linhas de crédito. Cada garantia está descrita na Proposta de Crédito e deve ser analisada para sua adequação.

A área de "*Credit Risk & Control*" assegura que o montante da garantia seja suficiente para cobrir o risco conforme aprovado pelo Comitê de Crédito.

A maioria das garantias que o Grupo possui é na forma de nota promissória e cobre as operações de crédito.

c. Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco do Banco não poder satisfazer necessidades de caixa correntes e futuras, previstas ou imprevistas, assim como novas exigências de garantias, sem afetar suas operações rotineiras ou sua posição financeira.

O risco de liquidez é gerido através de uma política de liquidez aprovada pelo Comitê ALCO ("*Assets and Liability Committee*").

Esta política se baseia em princípios de gestão que visam à aplicação tanto em condições normais como em crise de liquidez. A posição de liquidez do Grupo é avaliada com base em padrões internos, sinalizadores de alerta e em regulamentação do Banco Central.

POLÍTICA DE GESTÃO DO RISCO DE LIQUIDEZ

• Objetivos

Os objetivos da política de gestão de liquidez são: (i) assegurar uma base de financiamento equilibrada para apoiar a estratégia de desenvolvimento do Grupo, (ii) garantir que o Grupo esteja sempre em posição de cumprir suas obrigações perante seus clientes, (iii) garantir não provocar uma crise sistêmica exclusivamente por suas próprias ações, (iv) cumprir com as normas estabelecidas pelo supervisor do sistema bancário local, (v) manter o custo de refinanciamento o mais baixo possível e (vi) lidar com eventuais crises de liquidez.

• Funções e responsabilidades na gestão do risco de liquidez

O Comitê ALCO define a política geral de gestão de risco de liquidez, incluindo os princípios de avaliação de riscos, níveis de risco aceitáveis e os procedimentos de monitoramento. A responsabilidade pelo acompanhamento e execução da política de gestão de risco de liquidez foi delegada a "*Assets and Liabilities Management - ALM Treasury*". Relatórios e análises de liquidez são periodicamente apresentados à Diretoria e regularmente nas reuniões do Comitê ALCO para informar os indicadores de liquidez, os resultados dos testes de estresse e a execução de programas de financiamento. O Comitê ALCO também é informado de qualquer situação de crise de liquidez e é um dos principais responsáveis por decidir sobre a atribuição de funções de gestão de crises e aprovação de planos de emergência.

O Risk-IM contribui para a definição de princípios de política de liquidez, além de prover um segundo nível de controle através da validação dos modelos, dos indicadores de risco (incluindo testes de estresse de liquidez), dos limites e parâmetros de mercado utilizados. O Risk-IM é membro do Comitê ALCO.



• **Gerenciamento de risco de liquidez centralizado**

O gerenciamento do risco de liquidez é centralizado pela "ALM Treasury" para todos os vencimentos. A "ALM Treasury" é responsável pelo refinanciamento e pelas emissões de curto prazo, por emissões de dívida sênior e subordinada, por programas de securitização para a atividade de crédito ao consumidor e pelo financiamento das linhas de negócio do "Corporate and Investment Banking".

A "ALM Treasury" também está encarregada de fornecer financiamento para as principais atividades do Grupo e do investimento de seus caixas excedentes.

SUPERVISÃO E GESTÃO DO RISCO DE LIQUIDEZ

A supervisão e gestão de riscos de liquidez estão baseadas nos quatro seguintes fatores:

- Padrões internos e indicadores com vencimentos diversos;
- Coeficientes regulatórios;
- Capacidade disponível de refinanciamento;
- Outras medidas que completam esses indicadores.

A gestão da liquidez é baseada em uma ampla gama de padrões internos e de indicadores com vencimentos diferentes. Um limite para financiamento de curtíssimo prazo é definido, limitando o montante gerado em mercados interbancários "overnight" por moeda.

Testes de estresse de liquidez são realizados regularmente com base em fatores de mercado e fatores específicos ao Grupo que afetariam negativamente sua posição de liquidez.

A gestão de liquidez de médio e longo prazo é principalmente baseada no descasamento entre ativos e passivos de médio e longo prazo. Em um horizonte de um ano, o coeficiente "Passivo/Ativo" deve ser superior a 85%. Adicionalmente, os coeficientes de liquidez completam a estrutura de gerenciamento de risco.

A capacidade disponível de refinanciamento necessária para lidar com um inesperado aumento das necessidades de liquidez é regularmente medida ao nível do Grupo. Ela é constituída principalmente por títulos públicos e outros títulos elegíveis disponíveis que possam ser vendidos com acordo de recompra ou de imediato no mercado e empréstimos "overnight" passíveis de não renovação.

Estas disposições são complementadas por medidas adicionais: a diversificação das fontes de curto prazo do Grupo e o acompanhamento de tendências do custo de refinanciamento e de renovação de recursos de atacado.

TÉCNICAS DE MITIGAÇÃO DE RISCO

Como parte da rotina de gestão de liquidez, em caso de uma crise de liquidez temporária, os ativos mais líquidos do Grupo constituem uma reserva de liquidez que permite ao Grupo ajustar sua posição de tesouraria através de operações de venda com recompra ou em operações com o Banco Central. No caso de uma crise de liquidez prolongada, o Grupo poderá ter que reduzir gradualmente seu balanço com a venda definitiva de ativos.

Por último, o risco de liquidez é reduzido pela diversificação das fontes de financiamento em termos de estrutura, instrumentos e investidores.

Prazos contratuais remanescentes de ativos e passivos financeiros

Os valores reportados refletem os fluxos de caixa contratados não descontados e portanto, podem diferir daqueles constantes nas Demonstrações contábeis consolidadas.

31/12/2014	De 1 a	De 3 meses	De 1 a	Mais de	Total	Total	
ATIVO	Até 1 mês	3 meses	a 1 ano	5 anos	5 anos	2014	2013
Caixa e equivalente de caixa	4.335.301	787.540	-	-	-	5.122.841	3.098.498
Ativos financeiros designados ao valor justo através do resultado	566.939	315.574	3.924.392	1.947.007	39.870	6.793.782	3.546.182
Derivativos	111.438	81.719	522.963	588.861	14.828	1.319.809	767.842
Ativos financeiros disponíveis para venda	56.022	-	575.985	432.425	-	1.064.432	1.100.343
Operações de crédito a instituições financeiras	749.392	1.314.363	1.859.727	-	-	3.923.482	3.714.666
Operações de crédito a clientes	451.553	457.023	1.834.416	191.528	-	2.934.520	1.876.688
Outros ativos financeiros	6.768	254.056	48.095	-	-	308.919	72.139
Total	6.277.413	3.210.275	8.765.578	3.159.821	54.698	21.467.785	14.176.358
PASSIVO							
Passivos financeiros designados ao valor justo através do resultado	25.071	1.921.425	1.247.820	2.046.899	580.043	5.821.258	1.563.028
Derivativos	311.060	237.679	648.813	883.949	176.818	2.258.319	932.383
Depósitos de instituições financeiras	168.825	74.908	155.336	163.490	-	562.559	159.036
Depósitos de clientes	409.007	382.908	2.218.780	2.011.712	37.375	5.059.782	6.629.333
Títulos de dívida emitidos	15.186	312.114	418.884	2.215.271	-	2.961.455	1.114.912
Obrigações por empréstimos e repasses	1.103.462	177.984	1.500.576	143.317	-	2.925.339	2.039.946
Total	2.032.611	3.107.018	6.190.209	7.464.638	794.236	19.588.712	12.438.638

Deste montante, R\$3.695.047 (em 2013 R\$4.419.673) referem-se a CDB e Derivativos e podem sofrer resgates antecipados.

d. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de incorrer em uma perda de valor em razão de mudanças desfavoráveis nos preços ou parâmetros de mercado, de posições detidas por uma instituição financeira.

Parâmetros de mercado observáveis incluem, mas não estão limitados, às taxas de câmbio, taxas de juros, preços dos títulos (se listados ou obtidos por referência à um ativo semelhante), preços de derivativos, preços de outros bens e outros parâmetros que podem ser diretamente inferidas a partir deles, tais como volatilidades ou outros parâmetros semelhantes.



O monitoramento e controle dos riscos de mercado encontram-se firmemente enraizados na cultura corporativa do Banco BNP Paribas e entidades controladas. Nesse aspecto, a integração do Grupo com a matriz é total. Este documento, ao descrever a atividade de monitoramento dos riscos de mercado e determinar as responsabilidades da área de risco de mercado, formalizada a política de gestão de risco de mercado do Grupo, em adequação com a Resolução CMN nº 3.464 de 26 de junho de 2007. Pretende-se revisar esta política de gestão de risco de mercado numa base anual. A aprovação desta pela Diretoria Executiva do Grupo se dará obrigatoriamente no final de cada ano e extraordinariamente ao cabo do primeiro semestre caso haja uma mudança.

Estrutura do controle de Risco de Mercado

O Grupo monitora os riscos aos quais se submete de maneira unificada sob a estrutura do GRM, "Group Risk Management" ou "Grupo de Gerenciamento de Risco". Isso inclui os departamentos responsáveis pelos:

- Risco de Crédito (RC - "Risk Corporate Latin América")
- Risco Mercado (RISK-IM)

O monitoramento do risco de mercado encontra-se sob a responsabilidade do RISK-IM, "Risk-Investment & Markets" ou "Risco para Investimentos e Mercados". Por sua vez esta área é composta por várias equipes, dentre elas cabe destacar:

O "Portfolio & Counterparties - P&C" (Equipe de Análise de Carteiras), responsável pelo monitoramento dos riscos de mercado - "positions and models" - e contraparte para as atividades de "AML Treasury & Liquidity", "Fixed Income" e GECD.

O "Investment Managers & Market Infrastructures - IMMI" - (Equipe de Fundos Multimercado), responsável pelas operações com fundos multimercado, "clearings", CCP, colateral e gestores de fundos.

O "Financial Institutions & Sovereigns - FIS" - (Equipe de Instituições Financeiras e Soberanos), responsável por bancos, "brokers", fundos de pensão, companhias de seguro, soberanos e autoridades locais.

O "Transaction & Securitisation Analysis" - (Equipe de Análise de Transações), responsável pela análise e aprovação de novos produtos ou atividades.

O "Risk Architecture & Development Team - RAD" - (Equipe de Arquitetura de Risco), responsável pela modelagem dos sistemas de risco - "Value at Risk" e outras medidas - e pela geração dos relatórios.

O "Exposure Control Team" (Equipe de Controle de Exposição), responsável pelas informações sobre risco de contraparte.

O "Independent Office" (Departamento Independente), equipe transversal dentro do Risk-IM responsável por monitorar metodologias, controles e por atender a recomendações internas e externas.

O "Portfolio & Counterparties Team" e o "Exposure Control Team" possuem presença local no Brasil. O monitoramento do risco de mercado é efetuado pelo "Portfolio & Counterparties Team São Paulo" doravante P&C SP, que interage de forma estreita com as demais equipes do RISK-IM, beneficiando-se assim da expertise específica a cada uma delas.

O P&C SP é totalmente independente da estrutura hierárquica do Grupo. Os seus membros respondem diretamente para o RISK-IM de Nova Iorque e Londres. As políticas salariais são definidas pela diretoria de riscos de mercado para as Américas localizada em Nova Iorque. No Brasil, o Diretor de Riscos de Mercado, nomeado em dezembro de 2007, para adequação à Resolução nº 3.464 do Banco Central do Brasil, assegura o relacionamento com os órgãos reguladores.

As responsabilidades do "Portfolio & Counterparties" estão claramente delimitadas na Carta de Missão ("Mission Statement do Portfolio & Counterparties").

Monitoramento do Risco de Mercado

Escopo e Frequência

O P&C SP tem a obrigação de monitorar a exposição a risco de mercado do Grupo. Isso inclui as posições proprietárias, as atividades com clientes e a gestão do caixa do Banco. A íntegra das posições registradas no Balanço Contábil da Instituição Financeira deve, portanto, encontra-se sob supervisão.

Todo fator de risco que influencie o valor a mercado das posições acima deve ser controlado. O conjunto de fatores deve abranger entre outros:

- A exposição cambial em moeda estrangeira.
- A exposição às variações nas taxas de juros, inclusive os cupons de:
 - o Moeda estrangeira
 - o Inflação
 - o Juros
 - o A exposição às volatilidades de taxa de juros e taxas de câmbio

Esse monitoramento do risco de mercado abrange as carteiras classificadas como negociação ("trading book") tanto quanto as carteiras classificadas como não-negociação ("banking book").

Carteiras classificadas como negociação ("trading book") são em geral as que contêm instrumentos financeiros ou mercadorias incluindo derivativos, os quais são detidos com intenção de negociação, isto é, com o objetivo de revenda, arbitragem ou benefício da diferença do movimento de preços. São investimentos cujo horizonte é, em geral, de curto prazo.

Carteiras classificadas como de não-negociação ("banking book") são em geral as relacionadas a gestão do caixa da instituição e com horizonte de investimento de médio ou longo prazo.

Os detalhes quanto a classificação de operações dentro das carteiras de negociação ou não-negociação encontram-se abordados em normativos específicos.

O cálculo da sensibilidade das carteiras do Grupo aos diversos fatores de risco, o "Value-at-Risk" e a subsequente verificação da adequação das posições aos limites em vigor devem ser efetuadas diariamente e divulgados à alta gerência em relatório de circulação global.

Além da análise quantitativa descrita acima, testes de estresse devem também ser realizados diariamente.

Uma vez por semana, o P&C SP deve consolidar as informações contidas nos relatórios diários num relatório que inclui também informações sobre o comportamento da economia brasileira, dos principais preços negociados no mercado financeiro, dos resultados obtidos pelas diversas áreas de negócios além de testes de estresse adicionais. Esses dados, uma vez consolidados com os das demais localidades, são apresentados à alta gerência do Banco BNP Paribas em reunião semanal sediada em Londres.

Limites

Os principais limites aos quais o Grupo deve se submeter são definidos em Comitê de Risco de Mercado Global, (CMRC, "Capital Markets Risk Committee"). Os membros deste Comitê incluem a alta gerência do RISK-IM assim como os responsáveis das principais atividades de negócios do Banco BNP Paribas. Cabe ao P&C SP assegurar-se que os limites são calibrados adequadamente e advertir sobre uma eventual necessidade de alteração destes, caso o cenário econômico-financeiro sofra mudanças significativas.



As posições que causam um estouro de limite devem ser devidamente documentadas tanto nos relatórios de circulação global como nos sistemas interno de risco de mercado. O P&C SP deve seguir o procedimento delineado globalmente para assegurar o pronto enquadramento das posições que geraram o estouro.

Além dos limites estabelecidos pelo Comitê de Risco de Mercado Global, outros limites podem ser sugeridos pelo P&C SP ou pelos responsáveis por um linha de negócios. Estes limites devem também ser monitorados diariamente.

Sistemas

Os cálculos necessários ao monitoramento interno das posições devem ser efetuados através dos sistemas desenvolvidos pela Equipe de Arquitetura de Risco e demais áreas de pesquisa do grupo BNP Paribas. Esses sistemas são submetidos a avaliações periódicas (teste retroativos). A implementação de novas versões é precedida por um período de testes que envolve cada representação geográfica do Banco. O P&C SP deve então avaliar os impactos destas mudanças sobre seu perímetro de atuação.

O monitoramento do Patrimônio de Referência Exigido deve ser efetuado com o uso de sistema desenvolvido externamente por empresa brasileira de presença expressiva no mercado. Esse aplicativo deve ser validado periodicamente pelo P&C SP.

Papel Institucional

A política de risco de mercado no Grupo abrange também outros aspectos além do monitoramento das exposições do Grupo aos diversos fatores de risco de mercado. O papel do RISK-IM é também de supervisor. Ele deve assegurar-se que algumas normas internas são respeitadas. Dentre estas, três funções tem papel diferenciado:

É norma interna do Banco BNP Paribas e de suas entidades condicionar a negociação de novos produtos a uma aprovação das diversas funções de controle. Requer-se que o patrocinador do novo produto ou atividade convoque um Comitê de aprovação que deve incluir um representante do RISK-IM.

Por sua vez o RISK-IM, através do P&M SP, tem a missão de verificar que os riscos de mercado inerentes à nova atividade são passíveis de monitoramento e possuem limites já estabelecidos. O documento de aprovação deve conter uma análise detalhada sobre os riscos de mercado. Os pedidos de desenvolvimento tecnológicos, eventuais limites a serem definidos e demais condições necessárias ao controle dos riscos de mercado devem constar no documento.

Na ocasião desse comitê ocorre a definição referente à alocação de novo produto ou atividade em carteiras do tipo "trading" (negociação) ou do tipo "banking" (não negociação). Esse processo de definição do tipo de carteira e o consequente tipo de marcação a ser aplicado, inicia-se com a proposta da área de negócios, na qual é descrita a natureza do produto/atividade, bem como a intenção de negócio associada. A partir disso, "Finance" efetua a análise e confirmação ou não dessa proposta, baseado na aderência com as regulamentações existentes.

Marcação a Mercado

As ferramentas utilizadas para a marcação a mercado oficial das posições do Grupo (resultado gerencial) devem ser validadas pelo RISK-IM. Isso abrange tanto os algoritmos de apuração de cada instrumento financeiro como as definições do mercados na base de dados oficial do Banco. O RISK-IM deve assegurar que os mercados são adequadamente modelados (definição dos instrumentos escolhidos para composição das estruturas a termo, escolha das técnicas de interpolação e etc).

No caso em que produtos não possuam liquidez suficiente para obtenção diária de um preço de mercado o Risk-IM deve estabelecer uma reserva de liquidez que deve ser subtraída do resultado gerencial. Esta reserva deve ser reavaliada mensalmente. Ao término da operação a reserva é revertida para a linha de negócios inicialmente penalizada.

Validação dos Parâmetros de Mercado

O V&RC ("Valution & Risk Control") que reporta ao RISK-IM tem a obrigação de verificar que os parâmetros utilizados para a marcação a mercado encontram-se em linha com os preços de mercado. O objetivo consiste em identificar potenciais desvios em relação a uma marcação a mercado independente.

Os dados utilizados para este exercício devem ser neutros no sentido em que não podem ser obtidos das áreas de negócios. São aceitos preços de bolsas, preços de associações de mercado (por exemplo, ANDIMA) ou grupos de bancos e cotações de corretoras. Estes preços devem ser conservados pelo V&RC para eventuais consultas ou auditorias.

As diferenças encontradas entre a marcação a mercado efetuada com os parâmetros coletados pelo V&RC e os parâmetros internos devem ser documentadas em relatório a ser entregue à alta gerência global e à diretoria local. Diferenças acima de um valor crítico estabelecido pelo RISK-IM geram um ajuste no resultado.

Segue abaixo os valores de exposição (RWA) segregado por risco de mercado:

Fator de risco	31/12/2014	31/12/2013
Risco relacionados a taxas de juros prefixadas em reais	957.526	632.757
Risco relacionados a variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiros	2.055.051	1.949.755
Risco relacionados a variação da taxa dos cupons de índices de preços	890.940	422.034
Risco relacionados a "commodities"	6.153	16.503
Risco relacionados a preço de ações da carteira de negociação	-	142.415
Risco das exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos e passivos sujeitos a variação cambial	240.809	2.094.418
Total	4.150.478	5.257.882

e. Risco operacional

Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perda resultantes de falha, deficiência ou inadequação de quaisquer processos internos envolvendo pessoas, sistemas ou de eventos externos e inesperados. Esta definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos, bem como a sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades da Instituição.



Cultura

O Grupo entende que a adequada gestão do Risco Operacional está diretamente relacionada com o comprometimento de todos os colaboradores e nesse sentido investe constantemente na disseminação da cultura de controle e de um alto padrão de comportamento ético na condução dos negócios em todos os níveis da Instituição, buscando incutir entre seus colaboradores uma consciência mais preventiva do que reativa, mitigando a exposição da Instituição a esses mencionados riscos.

Estrutura/Ambiente

Em linha com os princípios de Governança Corporativa, aos preceitos da Basileia e às normas do Banco Central do Brasil, o Grupo possui uma área dedicada à gestão e monitoramento do risco operacional, com políticas claramente definidas e divulgadas a todo Grupo, apoiada em processos e ferramentas implementados de acordo com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços e atividades do Grupo.

A área de gerenciamento de Risco Operacional é suportada pela Alta Administração do Grupo, principalmente por meio do Comitê de Controles Internos e pelo Comitê de Auditoria.

Conforme a definição de Risco Operacional, há uma infinidade de situações que podem se caracterizar como sendo um evento associado ao risco operacional. Dessa forma, para um melhor gerenciamento desses eventos o BNP Paribas os tipifica da seguinte forma:

- Fraude Interna
- Fraude Externa
- Demandas trabalhistas e segurança do local de trabalho
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços
- Danos a ativos físicos
- Interrupção dos negócios
- Falhas em sistemas de TI
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades
- Erros de boletagem
- Acordo Comercial

Alocação de capital

O acordo da Basileia II estabelece como medida para proteger a solvabilidade das instituições financeiras e as partes envolvidas em seus negócios, a necessidade das Instituições alocarem uma parcela de seu capital com vistas à fazer frente à eventuais prejuízos operacionais.

O Grupo mantém a posição conservadora de utilizar a metodologia de abordagem básica (BIA - "Basic Indicator Approach") para a alocação de capital regulatório para fins de riscos operacionais, em conformidade com as normas do Banco Central do Brasil e de acordo com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços e atividades do Grupo.

É objetivo permanente do Grupo aprimorar continuamente a qualidade da gestão de riscos e de controles internos, mantendo padrões elevados de Governança Corporativa.

Os valores de utilização de capital estão demonstrados na Nota 34.f.

Plano de continuidade dos negócios

Para reduzir os efeitos do risco operacional, o Grupo possui um Plano de Continuidade de Negócios (PCN), o qual é fundamentado numa estrutura de processos contingenciais que asseguram a continuidade de seus negócios diante de situações graves e adversas. Dispõe ainda de instalações externas para assegurar a rápida recuperação das atividades em situações que impeçam o acesso às nossas instalações atuais.

Objetivando a efetividade do PCN, em face a uma situação real de ativação, são realizados testes periódicos das soluções de contingência adotadas, assim como efetuadas avaliações contínuas quanto a necessidade de aprimoramento e evolução dos recursos envolvidos de modo a compatibilizar os resultados esperados frente às variáveis que se modificam ao longo do tempo.

f. Gerenciamento do capital

De acordo com a Resolução nº 3.988, de 30 de junho de 2011, emitida pelo Banco Central do Brasil, descrevemos abaixo as políticas institucionais, os processos e os procedimentos que envolvem o gerenciamento de capital do Conglomerado/Banco BNP Paribas do Brasil S.A. (BNPP BR).

A implementação da presente estrutura de gerenciamento de capital no BNPP BR está compatível com a natureza das nossas operações, a complexidade dos produtos e serviços ofertados aos nossos clientes, bem como a dimensão de nossa exposição a riscos.

O gerenciamento de capital pode ser definido como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição;
- Adoção de uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

A estrutura de gerenciamento de capital deve abranger todas as instituições do conglomerado financeiro, bem como, os possíveis impactos no capital do conglomerado financeiro, do consolidado econômico-financeiro até 31 de dezembro de 2014 e do consolidado prudencial a partir de 1º de janeiro de 2015.

A estrutura de gerenciamento de capital do Grupo é constituída da seguinte forma:

COMITÊ DE MONITORAMENTO DE CAPITAL (CMC)

O CMC é um Comitê interno que se reúne ordinariamente a cada três meses ou a qualquer tempo em caráter extraordinário. As reuniões extraordinárias podem ser chamadas por quaisquer dos membros do CMC que são os seguintes:

- Diretor Presidente (CEO);
- Diretor Operacional, Tecnologia e Finanças (COO/CFO);
- Diretor de Compliance & Controles;
- Diretor de Câmbio e Capital Markets;
- Responsável pela área de Tesouraria e Gestão de Liquidez;
- Responsável pela área de Finanças (Coordenador do Comitê);
- Responsável pela área de Risco de Mercado;
- Responsável pela área de Risco de Crédito.

Outros Diretores de áreas comerciais e operacionais não mandatário porém são regulamente convidados.



As principais responsabilidades do CMC são as seguintes:

- I - Manter o capital compatível com os riscos cobertos pelo RWA e os não cobertos (principalmente a carteira do “*banking book*”);
- II - Rever anualmente esta política e as estratégias da gestão de capital;
- III - Estabelecer as diretrizes e premissas para a elaboração do plano de capital para um período de três anos; O plano de capital deve considerar, no mínimo:
 - a) ameaças e oportunidades relativas ao ambiente econômico e de negócios;
 - b) projeções dos valores de ativos e passivos, bem como de receitas e despesas;
 - c) metas de crescimento ou de participação no mercado;
 - d) política de distribuição de resultados.
- IV - Definir as fontes de capital para suportar as metas de crescimento ou de participação no mercado contidas no planejamento estratégico;
- V - Determinar a política de distribuição de resultados juntamente com a Casa Matriz;
- VI - Analisar as informações contidas nos relatórios gerenciais de adequação de capital (limites da Basileia, diversificação de riscos, imobilização, etc), para tomada de decisões;
- VII - Avaliar os resultados das simulações de estresse e seus impactos no capital;
- VIII - Estabelecer as diretrizes do plano de contingência de capital.

“ASSET AND LIABILITY COMMITTEE” (ALCO) - COMITÊ DE ATIVOS E PASSIVOS

O Local ALCO é um Comitê interno, constituído pelos membros abaixo, e, se reúne com uma frequência trimestral (minimamente), tem como missão assegurar o cumprimento da política de liquidez definida pela instituição:

- Diretor Presidente (CEO);
- Diretor Operacional, Tecnologia e Finanças (COO/CFO);
- Responsável pela área de Tesouraria e Gestão de Liquidez;
- Responsável pela área de Risco de Mercado.

Os membros não mandatários, porém regularmente convidados, são:

- Diretor de Câmbio e Capital Markets;
- Responsável pela área de Operações;
- Responsável pela área de Finanças;
- Outros Diretores de áreas comerciais;
- Outros Diretores e Responsáveis de Finanças de outras entidades locais do BNP Paribas.

Dentre as principais responsabilidades do Local ALCO estão:

- I - Monitorar os indicadores econômicos e de mercado, e seus impactos na liquidez da instituição;
- II - Monitorar os indicadores de liquidez (sistema e endógenos);
- III - Analisar os indicadores do balanço local e o colchão de liquidez necessário para a atividade;
- IV - Analisar as posições, riscos e os resultados de testes de stress;
- V - Definir a estratégia para investimento dos recursos provenientes do Capital considerando as diretrizes do “*BNPP Group*” para o portfólio “*Structural ALM*”;
- VI - Validar o plano de contingência local.

ÁREA DE FINANÇAS

As principais responsabilidades da área de Finanças com relação ao gerenciamento de capital são:

- I - Elaborar e divulgar mensalmente aos membros do CMC os relatórios gerenciais relativos à adequação do capital;
- II - Identificar e avaliar os riscos relevantes incorridos, que compõe o Patrimônio de Referência Requerido (“*Required Capital*”);
- III - Elaborar o plano de capital abrangendo o horizonte de três anos, utilizando as premissas definidas pelo CMC. O plano de capital deve conter, no mínimo:
 - a) metas e projeções de capital;
 - b) principais fontes de capital da instituição;
 - c) plano de contingência de capital.
- IV - Elaborar a Descrição da Estrutura de Gerenciamento de Capital, a ser aprovado pela Diretoria, para a publicação na página do BNPP na Internet;
- V - Elaborar um resumo da Descrição da Estrutura de Gerenciamento de Capital mencionado no item anterior a ser publicado juntamente com as demonstrações financeiras bem como juntamente com o relatório da Basileia Pilar III. Neste resumo deve constar o endereço onde o relatório completo está publicado.

ÁREA DE RISCO DE MERCADO

As principais responsabilidades da área de Risco de Mercado com relação ao gerenciamento de capital são:

- I - Identificar e avaliar os riscos de mercado relevantes que compõe o Patrimônio de Referência Requerido (“*Required Capital*”);
- II - Efetuar os testes de estresse de risco de mercado e analisar os possíveis impactos no capital.

ÁREA DE RISCO DE CRÉDITO

Prover o suporte técnico ao Comitê no que se refere à eventos relacionados ao risco de crédito.

ÁREA DE AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna deverá incluir em sua programação de trabalho a avaliação periódica do processo de gerenciamento de capital.

ÁREA DE ALM TREASURY

A “*ALM Treasury*” é a área responsável por implementar as políticas de liquidez, captação e transferência interna dentro da instituição.



As principais responsabilidades da área de "ALM Treasury" com relação ao gerenciamento de capital são:

- I - Apresentar ao Comitê ALCO propostas de investimento dos recursos do capital;
- II - Implementar as diretrizes de investimento dos recursos do capital definidas pelo Comitê ALCO;
- III - Gerir a carteira de ativos do capital da maneira mais eficiente para a instituição.

ICCAP

O Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital, mais conhecido pela sua sigla em inglês "Icaap" não é aplicável no BNPP BR, uma vez que nem o BNPP BR isoladamente ou o conglomerado financeiro possuem ativos totais superior a R\$ 100 bilhões, bem como, ainda não fomos autorizados pelo Banco Central do Brasil a utilizar modelos internos de risco de mercado, de risco de crédito ou de risco operacional.

Em 2014 e 2013, os coeficientes de adequação de capital do Grupo cumpriram os requisitos regulamentares e com os seus próprios objetivos.

CAPITAL REGULATÓRIO - LIMITES DE BASILEIA

Segue demonstração do Capital Regulatório para atendimento do limite de Basileia.

	2014	2013
Patrimônio de Referência (a)		
Nível I	2.734.027	2.704.920
Capital Principal	2.734.027	2.704.920
Capital Complementar	-	-
Nível II	82.007	137.334
Total (Nível I + Nível II)	2.816.034	2.842.254
Exigibilidades para cobertura dos Ativos Ponderados pelo Risco		
De Crédito	15.372.018	12.993.202
De Mercado	4.150.478	5.257.882
Operacional	1.952.319	1.818.670
Ativos ponderados pelo risco	21.474.816	20.069.754
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	2.362.230	2.207.673
Margem em relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	453.805	634.581
Índice da Basileia	13,1%	14,2%

(a) Patrimônio de Referência refere-se ao do Conglomerado Financeiro apurado nos termos do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) do Banco Central do Brasil. A partir de janeiro de 2015, o Patrimônio de Referência será apurado com base no Conglomerado Prudencial, estabelecido pela Resolução nº 4.280/13 do CMN.

35. Partes relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado. As operações entre as empresas incluídas na consolidação (nota 3a) foram eliminadas nas demonstrações contábeis consolidadas.

As transações com partes relacionadas nas empresas do Grupo se traduzem conforme quadro abaixo:

Descrição	2014		2013	
	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)
Caixa e equivalentes de caixa e Operações de crédito				
a instituições financeiras	4.051.433	525.253	4.636.382	379.400
BNP Paribas S.A. Paris	-	-	(29.341)	-
BNP Paribas S.A. Montreal, Londres, Hong Kong e Tokyo	(940)	-	(2.820)	-
Cetelem Brasil S.A. C.F.I.	-	(118.982)	(1.544.540)	(139.828)
Banco Cetelem S.A.	(4.050.493)	(406.271)	(3.059.681)	(239.572)
Operações de crédito a clientes	141.342	25.075	284.185	44.517
Arval Brasil Ltda.	(141.342)	(25.075)	(284.185)	(44.517)
Depósitos de instituições financeiras	(24.637)	(7.522)	(17.783)	(7.541)
Cetelem Brasil S.A. C.F.I.	-	404	145	-
Banco Cetelem S.A.	24.637	7.118	17.638	7.541
Depósitos de clientes	(66.179)	(3.944)	(29.198)	(4.560)
Arval Brasil Ltda.	66.087	3.935	29.198	3.604
BNP Paribas Participações e Serviços Ltda.	92	9	-	-
Petits Champs Participações e Serviços	-	-	-	956
Obrigações por empréstimos e repasses	(2.731.483)	(305.422)	(1.876.612)	(194.200)
BNP Paribas S.A. Paris, Londres, Nova York e Frankfurt	2.731.483	305.422	1.876.612	194.200
Passivos financeiros designados ao valor justo através do resultado	(826.380)	(136.897)	(308.564)	(53.479)
BNP Paribas S.A. Paris	349.881	52.827	308.564	53.479
BNP Paribas S.A. Bélgica	476.499	84.070	-	-
Outros Ativos financeiros	46.642	39.637	21.958	39.009
Arval Brasil Ltda.	(3.994)	(1.966)	(2.028)	(2.028)
BNP Paribas S.A. Nova York, Colombia e Singapura	(489)	(3.755)	(3.216)	(3.339)
BNP Paribas S.A. Paris	(42.159)	(33.916)	(16.714)	(33.642)



b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O Banco, Instituição líder, é administrado por uma Diretoria. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a Diretoria será composta por no mínimo dois e no máximo quinze Diretores, eleitos pela Assembleia Geral, sendo que um deles receberá a denominação de Diretor Presidente, nove a denominação de Diretores Vice-Presidentes e os demais não terão designação específica. A remuneração atribuída aos Diretores no exercício que representam benefícios de curto prazo foi de R\$10.643 (em 2013 R\$12.455), benefícios de longo prazo de R\$1.949 (em 2013 R\$7.495) e não houve benefícios de rescisão de contrato de trabalho em 2014 (em 2013 R\$682).

36. Outras informações

Em 14 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973, conversão da Medida Provisória nº 627, que altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A referida Lei nº 12.973/14 dispõe, entre outros assuntos, sobre a revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior.

Em 2014 o Banco BNPP não optou pela adoção antecipada da Lei nº 12.973/14 e consideramos que a referida Lei não acarreta efeitos contábeis relevantes nas demonstrações contábeis da Instituição quando de sua adoção.

37. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos após a data de balanço que poderiam resultar em ajustes materiais às demonstrações financeiras.

CONTADOR

Marcelo Marques Sellan - CRC 1SP213451/O-8

Banco BNP Paribas Brasil S.A.

São Paulo / SP

Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 510 - 1º e 10º ao 14º andares - CEP 04543-906

Tel.: 11 3841.3100 / Fax: 11 3841.3266

Belo Horizonte / MG

Rua Antônio de Albuquerque, 271 - 15º andar - CEP 30112-010

Tel.: 31 3254.1250 / Fax: 31 3254.1260

Curitiba / PR

Rua Carneiro Lobo, 468 - 2º andar - CEP 80240-240

Tel.: 41 3099.7250 / Fax: 41 3099.7260

Rio de Janeiro / RJ

Av. Rio Branco, 1 - 10º andar CEP 20090-003

Tel.: 21 3049.8200 / Fax: 21 3049.8231



BNP PARIBAS | O banco para um mundo em mudança

bnpparibas.com.br